



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, abril/2006

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Carlos Kawall Leal Ferreira

CHEFE DE GABINETE

Márcio Leão Coelho

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Jorge Khalil Miski

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Paulo Fontoura Valle

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandyr Machado

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 12, n. 3, março 2006. 37 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em março de 2006, o Governo Central registrou superávit de R\$ 7,1 bilhões, contra R\$ 3,6 bilhões no mês anterior. O Tesouro contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 9,7 bilhões, enquanto a Previdência (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 2,6 bilhões e superávit de R\$ 4,4 milhões, respectivamente.

No acumulado do ano, o superávit do Governo Central foi de R\$ 14,6 bilhões (3,06% do PIB), inferior em R\$ 2,4 bilhões ao verificado em período equivalente de 2005. Assinale-se que metade dessa redução, em termos nominais, refere-se ao recolhimento da taxa anual de fiscalização de serviços de telecomunicações (Fistel) que, embora realizado em março, terá efeito financeiro em abril. Em 2005, tanto o pagamento quanto o efeito financeiro desse recolhimento ocorreram em março. Não obstante a redução no resultado do Governo Central no trimestre (3,06% do PIB), o mesmo é superior ao acumulado até fevereiro (2,33% do PIB), e está em linha com a meta de 4,25% do PIB para o setor público consolidado.

No primeiro trimestre de 2006, o resultado primário do Governo Central foi de R\$ 14,6 bilhões, equivalente a 3,06% do PIB.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2005-2006

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	FEV 2006	MAR 2006	JAN-MAR 2005 2006	
I. RECEITA TOTAL	38.577,9	41.427,0	114.964,6	125.557,6
I.1. Receitas do Tesouro	29.129,5	32.082,8	90.924,0	98.488,5
I.1.1. Receita Bruta (1)	29.518,8	32.541,5	92.455,7	99.763,0
I.1.2. (-) Restituições	-389,2	-458,7	-1.531,8	-1.274,5
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	9.318,6	9.193,9	23.654,1	26.716,2
I.3. Receitas do Banco Central	129,8	150,3	386,5	352,9
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	7.274,0	6.363,0	20.304,8	22.071,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	31.303,9	35.064,0	94.659,8	103.486,3
IV. DESPESA TOTAL	27.723,5	27.994,1	77.621,2	88.879,6
IV.1. Despesas do Tesouro	15.856,3	16.041,9	44.994,4	51.923,3
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	8.078,1	7.926,2	22.707,1	26.028,1
IV.1.2. Custeio e Capital	7.711,1	8.059,7	22.122,2	25.770,9
IV.1.2.1. Despesa do FAT	529,2	992,2	1.974,3	2.472,3
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	422,7	136,5	2.346,4	2.760,1
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	852,5	862,2	2.012,3	2.565,6
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.906,7	6.068,8	15.789,2	17.973,0
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	67,0	55,9	165,1	124,4
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	11.759,4	11.806,3	32.240,2	36.613,5
IV.3. Despesas do Banco Central	107,9	145,9	386,6	342,8
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	3.580,4	7.069,9	17.038,6	14.606,7
V.1. Tesouro Nacional	5.999,2	9.678,0	25.624,8	24.493,9
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-2.440,8	-2.612,5	-8.586,1	-9.897,3
V.3. Banco Central (4)	21,9	4,4	-0,1	10,1
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,89%	3,06%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2006/2005	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	9,2%
Tesouro	8,3%
Previdência	12,9%
Transferências	8,7%
Receita Líquida	9,3%
Despesas	14,5%
Benefícios	13,6%
Pessoal	14,6%
Custeio e Capital	16,5%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Tesouro Nacional	5,85%	5,13%
Previdência Social	-1,96%	-2,07%
Banco Central	0,00%	0,00%
Governo Central	3,89%	3,06%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
 BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Receita Total	26,23%	26,28%
Transferências	4,63%	4,62%
Receita Líquida	21,60%	21,66%
Despesa Total	17,71%	18,60%
Resultado Primário	3,89%	3,06%

A receita bruta do Tesouro Nacional somou R\$ 32,5 bilhões em março, incremento de R\$ 3,0 bilhões (10,2%) em relação a fevereiro. A arrecadação de impostos e contribuições apresentou crescimento nominal de 8,3% e 5,0%, respectivamente, em linha com o maior número de dias úteis e com o encerramento, em março, do prazo legal para pagamento do IRPJ e da CSLL referente à declaração de ajuste de 2005.

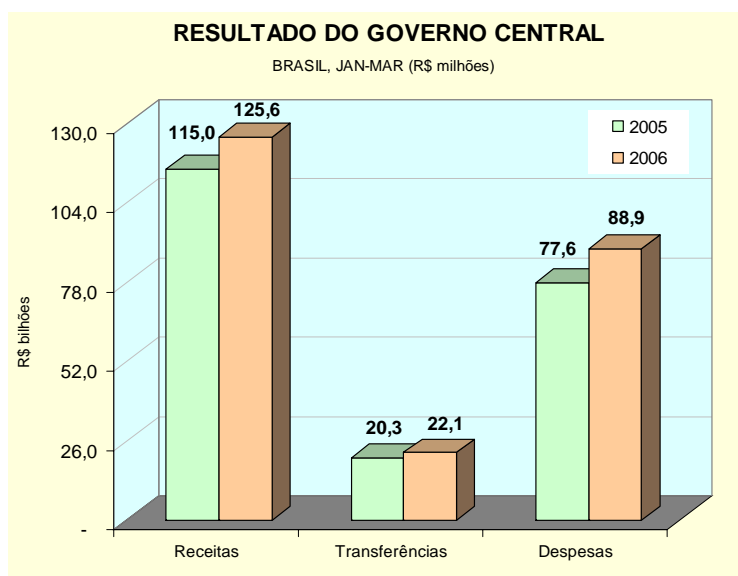
As demais receitas apresentaram incremento, passando de R\$ 2,5 bilhões em fevereiro para R\$ 3,8 bilhões em março. Basicamente, esse crescimento se explica pelo pagamento de dividendos das empresas nas quais a União detém participação acionária, especialmente Petrobras (R\$ 732,0 milhões) e Banco do Brasil (R\$ 512,0 milhões).

BOXE 1 - MEDIDAS DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA E IMPACTO FISCAL

MEDIDA	R\$ bilhões		
	2004	2005	2006
Estímulo ao Investimento Produtivo	0,65	3,40	6,11
Corte de Tributos para as Famílias	0,50	2,30	4,03
Corte de Tributos para a Cesta Básica	3,33	5,00	5,00
Estímulo à Poupança de Longo Prazo	0,77	2,00	2,15
Estímulo à Micro e Pequena Empresa	0,00	0,30	1,35
Incentivo à Inovação	0,00	0,10	0,60
Total	5,26	13,10	19,24

No primeiro trimestre, a receita bruta do Tesouro Nacional cresceu R\$ 7,3 bilhões (7,9%) em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando o montante de R\$ 99,8 bilhões. As medidas de desoneração tributária adotadas recentemente (estímulo ao investimento produtivo, redução de impostos para as famílias, redução de tributos sobre a cesta básica, estímulo à poupança de longo prazo e a pequenas e médias empresas e incentivo à inovação) terão efeito ao longo do ano de 2006.

A redução no resultado do Governo Central acumulado no primeiro trimestre pode ser explicada, em boa medida, pelo efeito financeiro do recolhimento da Fistel em abril deste ano (R\$ 1,2 bilhão), ao passo que, no ano anterior, esse efeito ocorreu em março.



As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 6,4 bilhões em março contra R\$ 7,3 bilhões em fevereiro, apresentando redução de R\$ 911,0 milhões. Em parte, essa redução se justifica pela ocorrência, no mês anterior, do

repassa a título de participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural. No acumulado do ano, as transferências a estados e municípios se elevaram de R\$ 20,3 bilhões para R\$ 22,1 bilhões, em especial devido ao comportamento dos tributos partilhados (IR e IPI), base de cálculo dessas transferências.

No acumulado do ano, as transferências a estados e municípios se elevaram de R\$ 20,3 bilhões para R\$ 22,1 bilhões (8,7%).

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 16,0 bilhões em março, contra R\$ 15,9 bilhões no mês anterior. Os gastos com pessoal e encargos sociais mantiveram-se praticamente estáveis, passando de R\$ 8,1 bilhões, em fevereiro, para R\$ 8,0 bilhões, em março. Os gastos com custeio e capital apresentaram incremento de R\$ 348,6 milhões (aumento de 4,5%).

No acumulado de 2006, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 51,9 bilhões, contra R\$ 45,0 bilhões no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 6,9 bilhões (15,4%) em relação a 2005. As despesas com pessoal e encargos sociais e com custeio e capital cresceram R\$ 3,3 bilhões (14,6%) e R\$ 3,6 bilhões (16,5%), respectivamente. Com respeito a essas últimas, destaque para o incremento das despesas discricionárias (R\$ 1,0 bilhão), da LOAS/RMV (R\$ 553,3 milhões), do FAT (R\$ 497,9 milhões) e dos subsídios e subvenções (R\$ 413,6 milhões).

A Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 9,9 bilhões no trimestre, contra R\$ 8,6 bilhões no mesmo período de 2005. O déficit primário do RGPS situou-se 0,11 ponto percentual acima do observado em 2005, atingindo 2,07% do PIB.

A arrecadação líquida atingiu o montante de R\$ 26,7 bilhões, com crescimento de 13,0% em relação ao mesmo período de 2005. Tal acréscimo é consequência do comportamento favorável em termos de geração de novos postos formais de trabalho e da evolução da massa salarial sobre a qual incide a contribuição previdenciária. Quando comparada a março de 2005, a massa nominal apresentou crescimento de 10,1%.

Por outro lado, houve considerável ampliação do contingente de novos benefícios (incremento de 607,2 mil na quantidade média mensal de benefícios do RGPS pagos, equivalente a 3,0% do estoque). Ressalta-se o crescimento do pagamento de sentenças judiciais ocorrido nos últimos anos, principalmente com as requisições de pequeno valor advindas dos juizados especiais federais, concentradas nas causas de revisões de benefícios relacionadas a ORTN, Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM) e majoração das cotas de pensão.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	FEV/06	MAR/06
Pessoal e Encargos	8.078,1	7.926,2
Custeio e Capital	7.711,1	8.059,7
Despesas do FAT	529,2	992,2
Subsídios e Subvenções /1	422,7	136,5
LOAS/RMV	852,5	862,2
Outras	5.906,7	6.068,8
Transferência ao Bacen	67,0	55,9

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 9,9 bilhões no primeiro trimestre de 2006, refletindo o incremento na quantidade de benefícios e no valor médio pago.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Contribuição	5,40%	5,59%
Benefícios	7,36%	7,66%
Resultado Primário	-1,96%	-2,07%

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em março, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 32,5 bilhões, contra R\$ 29,5 bilhões no mês anterior. O incremento de R\$ 3,0 bilhões deveu-se ao acréscimo na arrecadação com impostos (R\$ 1,1 bilhão), contribuições sociais (R\$ 715,7 milhões) e nas demais receitas, que passaram de R\$ 2,5 bilhões, em fevereiro, para R\$ 3,8 bilhões em março.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005-2006 (R\$ Milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	FEV/06	MAR/06
Impostos	12.736,1	13.790,1
Imposto de Renda	9.469,3	10.455,6
IPI	2.067,5	2.043,9
Outros	1.199,3	1.290,6
Contribuições	14.271,5	14.987,3
Cofins	6.743,3	6.885,5
CPMF	2.309,2	2.645,2
CSLL	2.134,6	2.258,7
Cide - Combustíveis	590,9	570,6
Outras	2.493,6	2.627,3
Demais	2.511,1	3.764,1
Cota parte	871,3	721,5
Diretamente Arrecadada	919,5	1.031,5
Dividendos da União	130,9	1.365,3
Pagamento Unificado ²	-	-
Outras	589,4	645,9
Total Bruto	29.518,8	32.541,5

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

² Pagamentos decorrentes do Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

Os principais fatores que afetaram positivamente o recolhimento dos impostos e contribuições sociais em março relativamente ao mês anterior foram: i) maior número de dias úteis no mês em relação a fevereiro, refletindo-se no aumento da arrecadação do Imposto de Importação (19,4%) e do IPI - vinculado (34,9%); e ii) encerramento, em março, do prazo legal para pagamento do saldo de IRPJ e CSLL, referente à Declaração de Ajuste do ano de 2005, cuja arrecadação, em março, foi R\$ 2,4 bilhões, contra R\$ 1,0 bilhão em fevereiro.

As demais receitas do Tesouro Nacional perfizeram R\$ 3,8 bilhões, representando incremento de R\$ 1,3 bilhão em relação ao mês anterior. Destaque-se o acréscimo de R\$ 1,1 bilhão nas receitas com dividendos da União, tendo em vista o recolhimento de dividendos da Petrobras (R\$ 732,0 milhões) e do Banco do Brasil (R\$ 512,0 milhões).

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

De janeiro a março de 2006 a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou o equivalente a 20,88% do PIB. Em termos nominais, foi de R\$ 99,8 bilhões, registrando aumento de R\$ 7,3 bilhões (7,9%) em relação ao mesmo período de 2005, com destaque para o acréscimo de R\$ 6,1 bilhões, relativos à arrecadação de impostos e contribuições sociais, administrados pela Receita Federal. Os seguintes fatores contribuíram para esse desempenho:

- acrécimo de R\$ 231,0 milhões (32,8%) na arrecadação do IPI - automóveis, explicado pelo aumento de 13,3% no volume de vendas ao mercado interno e recolhimento reduzido em 2005, em decorrência de compensação de débitos com créditos relativos a pagamentos efetuados a maior em anos anteriores;
- incremento de R\$ 1,6 bilhão (11,8%) no recolhimento do IRPJ e de R\$ 553,0 milhões (8,0%), na CSLL, justificado pela recuperação de débitos em atraso, em 2006, referente as empresas ligadas à Extração de Minerais Metálicos, cuja arrecadação nesse setor foi superior em R\$ 600,0 milhões no IRPJ e de R\$ 269,0 milhões na CSLL de janeiro a março desse ano, comparativamente a igual período de 2005; além disso, verificou-se a retomada de pagamento regular por parte de algumas instituições financeiras que no ano de 2005 estavam com demanda judicial relativa ao IRPJ;

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Impostos	8,62%	8,60%
Imposto de Renda	6,42%	6,47%
IPI	1,37%	1,34%
Outros	0,83%	0,80%
Contribuições	9,95%	9,73%
Cofins	4,66%	4,55%
CPMF	1,61%	1,54%
CSLL	1,58%	1,56%
Cide - Combustíveis	0,42%	0,37%
Outras	1,68%	1,71%
Demais	2,52%	2,55%
Cota parte	0,78%	0,86%
Diretamente Arrecadada	0,87%	0,68%
Dividendos da União	0,31%	0,46%
Pagamento Unificado /1	0,17%	0,00%
Outras	0,41%	0,55%
Total Bruto	21,10%	20,88%

¹ Em 2005 inclui pagamentos decorrentes do Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

- c) acréscimo de R\$ 767,0 milhões (25,4%) na arrecadação do IRRF – Rendimentos de Capital, decorrente do crescimento do item de juros remuneratórios sobre o capital próprio e maior volume de resgates de aplicações financeiras em renda fixa, verificado no acumulado de 2006, comparativamente ao primeiro trimestre de 2005; e
- d) aumento de R\$ 231,0 milhões (18,7%) no recolhimento do IRRF- Remessas ao Exterior, em função do crescimento do item referente à remessa de juros remuneratórios sobre o capital próprio.

Por outro lado, houve redução de R\$ 100,0 milhões na arrecadação do IPI - outros, como consequência da redução para zero das alíquotas referentes aos bens de capital a partir de julho de 2005, conforme Decreto nº 5.468, de 2005, e redução das alíquotas referentes aos insumos da construção civil a partir fevereiro de 2006, conforme Decreto nº 5.697, de 2006.

Até março de 2006, as demais receitas somaram R\$ 12,2 bilhões, contra R\$ 11,1 bilhões em idêntico período de 2005, apresentando aumento de 10,0%. O montante de dividendos pagos à União passou de R\$ 1,3 bilhão em 2005, para R\$ 2,2 bilhões em 2006, destacando os recolhimentos de dividendos da Petrobras, que passaram de R\$ 1,0 bilhão em 2005 para R\$ 1,4 bilhão em 2006 e do Banco do Brasil, cujo pagamento foi superior em relação a 2005 em R\$ 463,8 milhões.

Refletindo o bom desempenho das empresas estatais, o montante de dividendos pagos ao Tesouro passou de R\$ 1,3 bilhão no primeiro trimestre de 2005, para R\$ 2,2 bilhões, em igual trimestre desse ano.

No período acumulado até março de 2006 verificou-se acréscimo de R\$ 701,2 milhões (20,6%), comparativamente ao acumulado de 2005, na rubrica “Cota-Parte – Compensações Financeiras”, pela exploração de petróleo e gás natural, refletindo, em grande medida, os níveis elevados dos preços internacionais do petróleo.

A receita diretamente arrecadada pelos órgãos da administração pública federal registrou redução de R\$ 556,5 milhões (14,7%) em relação à igual período de 2005, explicado, principalmente, pelo ingresso em março de 2005 da arrecadação da taxa anual de fiscalização de funcionamento de serviços de telecomunicações (taxa Fistel), ao passo que em 2006 este ingresso será no mês de abril. Por outro lado, até março de 2006, a receita com concessões foi superior em R\$ 590,7, em relação à igual período de 2005, explicado basicamente, pela arrecadação de R\$ 556,5 milhões ocorrido em janeiro de 2006, relativo a receita com bônus de assinatura de contrato de concessão de áreas para exploração e produção de petróleo e gás, arrecadados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), sem correspondência no trimestre de 2005.

Transferências a Estados e Municípios

Em março, as transferências a estados e municípios apresentaram queda de R\$ 911,0 milhões, totalizando R\$ 6,4 bilhões, contra R\$ 7,3 bilhões em fevereiro. Contribuíram para essa redução os seguintes efeitos, tipicamente sazonais: i) a diminuição de R\$ 308,4 milhões nos repasses constitucionais, em função da menor arrecadação do IR e IPI verificada no último decêndio de fevereiro, base de cálculo das transferências para o mês de março; e ii) redução de R\$ 602,6 milhões no repasse dos recursos provenientes de *royalties* e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural, uma vez que a transferência de fevereiro refletiu o recolhimento no final de janeiro dos *royalties* da participação especial relativos ao último trimestre de 2005.

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR+IPI)		
	R\$ milhões	
Decêndio	FEV/06	MAR/06
Terceiro Decêndio	7.223,7	6.204,8
Primeiro Decêndio	3.077,6	3.407,7
Segundo Decêndio	1.828,5	1.847,2
Total	12.129,8	11.459,7

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 22,1 bilhões até março de 2006, contra R\$ 20,3 bilhões em igual período de 2005, apresentando acréscimo de R\$ 1,8 bilhão (8,7%). Como proporção do PIB atingiram 4,62% pontos percentuais no primeiro trimestre de 2006, mantendo-se, praticamente, no mesmo patamar observado no trimestre de 2005 (4,63% do PIB).

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, JAN-MAR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Constitucionais (IR, IPI e outros)	15.433,6	17.205,7
CIDE - Combustíveis	439,9	446,6
Lei Complementar nº 115/2002	1.079,1	447,2
Demais	3.352,2	3.971,8
Total	20.304,8	22.071,3

As transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM), aumentaram em R\$ 1,8 bilhão, acompanhando o crescimento das receitas tributárias compartilhadas (IR e IPI). Os repasses provenientes do recolhimento da participação especial da cota-parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural aumentaram em R\$ 499,6 milhões, basicamente em decorrência do aumento no preço do petróleo.

Por fim, houve redução de R\$ 631,9 milhões nas transferências relativas a Lei Complementar nº 115, de 2002, uma vez em fevereiro e março deste ano não houve transferências de recursos aos estados, tendo em vista a não aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em março, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 16,0 bilhões, apresentando incremento de R\$ 185,6 milhões (1,2%) relativamente a fevereiro.

Os gastos com custeio e capital atingiram R\$ 8,1 bilhões, contra R\$ 7,7 bilhões em fevereiro. As despesas relativas ao seguro desemprego, abono salarial e gastos operacionais do FAT totalizaram R\$ 992,2 milhões em março, frente a R\$ 529,2 milhões no mês anterior, em função do pagamento, em março, de lotes de seguro desemprego relativos ao mês anterior.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	FEV/06	MAR/06
Pessoal e Encargos	8.078,1	7.926,2
Custeio e Capital	7.711,1	8.059,7
Despesas do FAT	529,2	992,2
Subsídios e Subvenções /1	422,7	136,5
LOAS/RMV	852,5	862,2
Outras	5.906,7	6.068,8
Transferência ao Bacen	67,0	55,9

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

A redução de R\$ 286,2 milhões nos dispêndios com subsídios e subvenções econômicas decorreu, principalmente, dos gastos com equalização no Programa Investimento Rural e Custeio Agropecuário, em fevereiro, no montante de R\$ 210,9 milhões, sem contrapartida no mês e do recebimento líquido de R\$ 112,5 milhões no Programa de Incentivo às Exportações (Proex) em março, contra despesa de R\$ 24,5 milhões no mês anterior.

As outras despesas de custeio e capital atingiram o montante de R\$ 6,1 bilhões em março, contra R\$ 5,9 bilhões no mês anterior. Por um lado, houve redução de R\$ 645,5 milhões nas despesas de sentenças judiciais, devido à concentração do pagamento dos precatórios no mês anterior, obedecendo ao cronograma estabelecido pelo Conselho de Justiça Federal. Os gastos com Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) cresceram de R\$ 146,2 milhões, em fevereiro, para R\$ 212,0 milhões em março.

As despesas discricionárias apresentaram elevação de R\$ 741,4 milhões (16,4%), concentradas principalmente nos Ministérios do Desenvolvimento Social (R\$ 162,1 milhões), da Educação (R\$ 114,7 milhões), dos Transportes (R\$ 127,7 milhões), da Defesa (R\$ 74,9 milhões) e da Integração Nacional (R\$ 25,6 milhões). Verificou-se redução nos gastos com os Ministérios da Fazenda (R\$ 31,3 milhões) e Agricultura (R\$ 13,2 milhões).

No primeiro trimestre de 2006, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,87% do PIB, contra 10,27% do PIB no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 6,9 bilhões (15,4%) em relação a 2005, acima do crescimento do PIB nominal no período (9,0%). Destacam-se os incrementos de R\$ 3,3 bilhões (14,6%) nos gastos com pessoal e encargos sociais e de R\$ 3,6 bilhões (16,5%) nas despesas de custeio e capital.

Os dispêndios com a folha salarial apresentam sinais de crescimento nos primeiros três meses do ano, passando de 5,18% do PIB, em 2005, para 5,45% do PIB, em 2006. Este acréscimo é decorrente do crescimento vegetativo da folha salarial, além dos seguintes fatores: i) reestruturação de algumas carreiras estratégicas ao longo de 2005 (e.g. magistrados, membros do Ministério Público da União e militares); ii) substituição de funcionários terceirizados por concursados, verificada em 2005 em diversos órgãos da administração pública, com destaque para preenchimento de vagas no Ministério da Educação e no INSS; e iii) ingressos de novos servidores para composição dos quadros permanentes das agências reguladoras, em substituição aos funcionários contratados temporariamente.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		
BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO /1	FEV/06	MAR/06
Agricultura	313,0	44,8
Custeio Agropecuário	17,4	-
Investimento Rural	193,5	-
Preços Agrícolas	50,9	43,7
- EGF	0,4	-
- AGF	(7,1)	(16,5)
- Sustentação de preços	57,7	60,2
Pronaf	23,8	(6,0)
Pesa	26,8	7,0
Cacau	0,6	-
Fundo da Terra/Incra	51,7	32,3
Outras áreas	39,3	(114,6)
Habitação (PSH)	3,0	3,4
Exportação (Proex)	24,5	(112,5)
FND (BNDES)	(40,0)	(37,7)
Total	352,3	(69,8)

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
 BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Pessoal e Encargos	5,18%	5,45%
Custeio e Capital	5,05%	5,39%
Despesas do FAT	0,45%	0,52%
Subsídios e Subvenções /1	0,54%	0,58%
LOAS/RMV	0,46%	0,54%
Outras	3,60%	3,78%
Transferência ao Bacen	0,04%	0,03%

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Os gastos com custeio e capital atingiram 5,45% do PIB no primeiro trimestre do ano, representando incremento de 0,35 ponto percentual do PIB. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 3,6 bilhões em relação ao mesmo período do ano anterior.

As despesas do FAT atingiram R\$ 2,5 bilhão no primeiro trimestre de 2006, contra R\$ 2,0 bilhões no mesmo período do ano anterior. Para esse aumento contribuíram o aumento real do salário mínimo sobre os gastos com seguro-desemprego, bem como a elevação do emprego formal, inclusive nas faixas de renda passíveis de percepção do benefício do abono salarial. Além disso, o comportamento recente dos gastos com seguro-desemprego decorre da alta rotatividade do emprego no Brasil.

As despesas com LOAS/RMV aumentaram 27,5% em 2006. A média dos benefícios emitidos no primeiro trimestre é 11% superior à média de igual período do ano anterior.

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
 BRASIL, 2001-2006

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idoso	Variação em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 1º trim/05	2.093.144		953.395		1.139.748	
média 1º trim/06	2.315.386	11%	1.086.712	14%	1.228.674	10%

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram em R\$ 553,3 milhões (27,5%) em relação ao acumulado até março de 2005. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo em 2005 e o crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que tem sido da ordem de 10%-15%, nos últimos anos. O programa tem alcançado crescente cobertura da população portadora de deficiência, que já ultrapassa 1,2 milhões de pessoas ao mês.

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos passaram de R\$ 2,3 bilhões no primeiro trimestre de 2005, para R\$ 2,8 bilhões, em 2006. Parte deste incremento refere-se a despesas com aumento de capital da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), que totalizou R\$ 1,5 bilhão no primeiro trimestre de 2006, contra R\$ 1,1 bilhão no ano anterior.

No que se refere aos subsídios aos fundos regionais, estes totalizaram R\$ 752,1 milhões no acumulado até março de 2006, contra R\$ 366,3 milhões no mesmo período do ano anterior. Este resultado reflete o maior provisionamento do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), como resultado da aplicação da Portaria Interministerial nº 11, de 28/12/2005, que facultou ao banco administrador utilizar nas operações de risco integral ou compartilhado as mesmas normas

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
 BRASIL, JAN-MAR (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO /1	2005	2006
Agricultura	467,8	737,4
Custeio Agropecuário	52,7	33,9
Investimento Rural	27,1	300,4
Preços Agrícolas	306,2	179,5
- EGF	0,5	0,8
- AGF	283,4	0,7
- Sustentação de preços	22,3	178,0
Pronaf	61,7	59,0
Pesa	0,0	112,2
Cacau	0,0	0,6
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	20,0	51,7
Outros	321,3	-244,2
Habituação (PSH)	21,1	6,4
FND	124,8	-129,4
Exportação (Proex)	175,4	-121,2
Total	789,1	493,2

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

utilizadas pelo sistema financeiro para constituição de provisão de crédito de liquidação duvidosa e para reconhecimento de prejuízos (Resolução CMN nº 2.682, de 28/12/99).

No âmbito das operações oficiais de crédito, verificou-se queda de R\$ 295,8 milhões relativamente ao primeiro trimestre do ano anterior, com destaque para as despesas do Proex (R\$ 296,6 milhões), do Fundo Nacional de Desenvolvimento (R\$ 254,2 milhões) e do Programa de Aquisição Governo Federal (R\$ 282,7 milhões), não obstante o aumento das despesas com equalização no Programa Investimento Rural (R\$ 273,3 milhões) e no Programa Especial de Saneamento de Ativos – Pesa (R\$ 112,2 milhões).

No que se refere às outras despesas de custeio e capital, verificou-se incremento de R\$ 2,2 bilhões em relação ao primeiro trimestre do ano anterior. As despesas com sentenças judiciais aumentaram em R\$ 250,4 milhões (41,8%) em relação ao ano passado. Houve também elevação de R\$ 230,4 milhões (258,7%) com execução de despesas por conta de créditos extraordinários. As despesas com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) totalizaram R\$ 478,8 milhões em 2006, sem contrapartida no ano anterior.

As despesas ditas discricionárias cresceram R\$ 1,0 bilhão (7,4%), dos quais R\$ 474,3 milhões corresponderam à despesa com o Ministério da Saúde. Houve também crescimento significativo com Ministérios do Desenvolvimento Social (R\$ 403,9 milhões), Educação (R\$ 228,9 milhões), dos Transportes (R\$ 149,9 milhões) e da Integração Nacional (R\$ 140,7 milhões), compensado pelo menor dinamismo em outros órgãos.

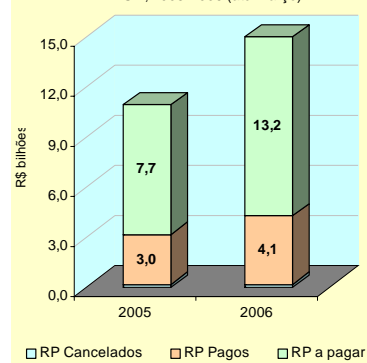
Com relação à execução de restos a pagar (RP) nos três primeiros meses do ano, o montante pago correspondeu a R\$ 4,1 bilhões, 37,5% a mais que no mesmo período do ano anterior. Foram pagos 23,7% do total de RP inscritos (menos cancelamentos). Dos restos a pagar pagos até março, R\$ 1,8 bilhão referem-se a despesas com investimentos (contra R\$ 774,6 milhões em 2005), correspondentes a um percentual de execução de 14,7% do total de RP de investimento no ano, concentrando-se, principalmente, nos Ministérios de Transportes (R\$ 630,4 milhões) e da Saúde (R\$ 285,1 milhões).

Em março, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit primário de R\$ 2,6 bilhões, levando o déficit do RGPS do primeiro trimestre de 2006 para R\$ 9,9 bilhões, contra R\$ 8,6 bilhões observados em igual período de 2005 (incremento de 15,3%).

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL
 BRASIL, JAN-MAR (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Sentenças Judiciais	597,9	848,1
Legislativo/Judiciário	871,1	1.024,4
Crédito Extraordinário	89,0	319,4
Projeto Piloto de Investimento	-	478,8
Outras Obrigatórias/1	107,6	132,1
Discricionárias/2	14.123,5	15.170,2
d/q Min. da Saúde	7.556,8	8.031,1
Min. do Desen. Social	1.380,0	1.784,0
Min. da Educação	1.174,6	1.403,5
Min. dos Transportes	309,6	459,5
Min. da Integração Nacional	79,1	219,8
Min. da Justiça	184,3	258,2
Min. da Previdência Social	289,1	164,8
Min. da Defesa	739,4	619,0
Min. do Desen. Agrário	231,2	143,3
Demais	2.179,3	2.087,0
Total	15.799,2	17.973,0

/1 Inclui doações, indenizações Proex, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
 /2 Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT.

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR
 BRASIL, 2005-2006 (até março)


Foram pagos, até março, 23,7% do total de restos a pagar (RP) inscritos.

Previdência Social

Em março, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,6 bilhões.

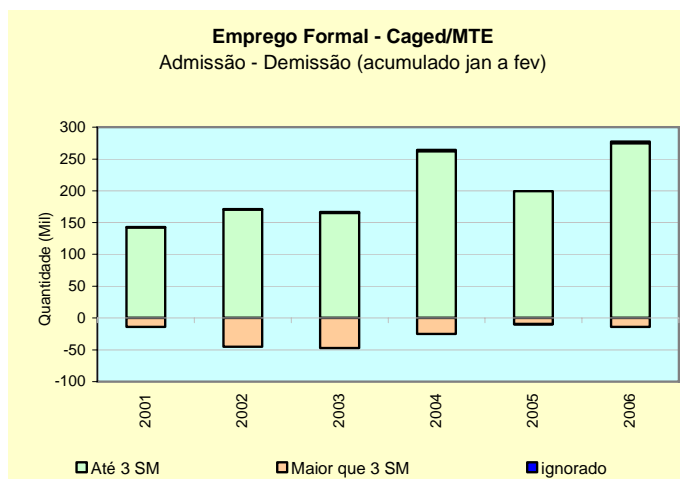
TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005-2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	FEV	MAR	JAN-MAR	
	2006	2006	2005	2006
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	9.318,6	9.193,9	23.654,1	26.716,2
Arrecadação Bruta	10.051,6	9.976,9	25.887,4	29.497,0
- Contribuição Previdenciária	9.115,6	9.284,9	23.942,5	27.122,6
- Simples	521,7	526,4	1.160,1	1.630,0
- CFT	72,3	45,4	154,1	194,3
- Depósitos Judiciais	304,6	78,3	473,2	424,2
- Refis	21,8	25,4	104,3	74,0
- Outras Receitas	15,7	16,5	53,2	51,8
(-) Restituição/Devolução	-25,5	-46,3	-52,8	-85,9
(-) Transferências a Terceiros	-707,5	-736,8	-2.180,5	-2.695,0
II. BENEFÍCIOS	11.759,4	11.806,3	32.240,2	36.613,5
Benefícios Previdenciários	11.759,4	11.806,3	32.240,2	36.613,5
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.440,8	-2.612,5	-8.586,1	-9.897,3
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,96%	-2,07%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 9,2 bilhões em março, representando queda de 1,3% frente aos ingressos líquidos de fevereiro. Tal comportamento deve-se, principalmente, à normalização do recolhimento de depósitos judiciais, que passaram de R\$ 304,6 milhões para R\$ 78,3 milhões. A despesa com benefícios manteve-se no mesmo patamar de R\$ 11,8 bilhões, com pequeno aumento de 0,4%.

No trimestre, o resultado da Previdência Social foi deficitário em R\$ 9,9 bilhões (R\$ 1,3 bilhão acima do verificado no ano passado) equivalente a 2,07% do PIB estimado para período, reflexo do ritmo mais acentuado do crescimento dos benefícios (13,6%) do que da arrecadação líquida (13,0%).

No acumulado do ano, a arrecadação líquida cresceu 13,0% (R\$ 3,1 bilhões) frente ao mesmo período de 2005, refletindo, em parte, o comportamento do emprego no setor formal, com impacto direto nas receitas previdenciárias. Segundo os dados do Caged, foram gerados 263 mil novos empregos entre janeiro e fevereiro de 2006, frente a 189 mil novos postos observados em igual período do ano anterior.



As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 36,6 bilhões no acumulado até março de 2006, representando aumento de 13,6% (R\$ 4,4 bilhões) em relação ao mesmo período de 2005, em virtude, principalmente, do crescimento de: i) 5,7% no valor médio dos benefícios pagos pelo RGPS, com reflexo do reajuste do salário mínimo e do aumento de parte daqueles benefícios com valores acima do piso; e ii) 607,2 mil na quantidade média mensal de benefícios pagos, equivalente a cerca de 3,0% no estoque. Destacam-se ainda as despesas com sentenças judiciais, que passaram de R\$ 1,8 bilhão no primeiro trimestre de 2005 para R\$ 2,0 bilhões no mesmo período de 2006, representando incremento de 13,2%.

O crescimento do número de benefícios pagos no primeiro trimestre de 2006 contra o mesmo período de 2005 correspondeu a variações no estoque de 463,4 mil aposentadorias (3,7%), 222,2 mil de LOAS (10,6%) e 155,2 mil pensões por morte (2,7%).

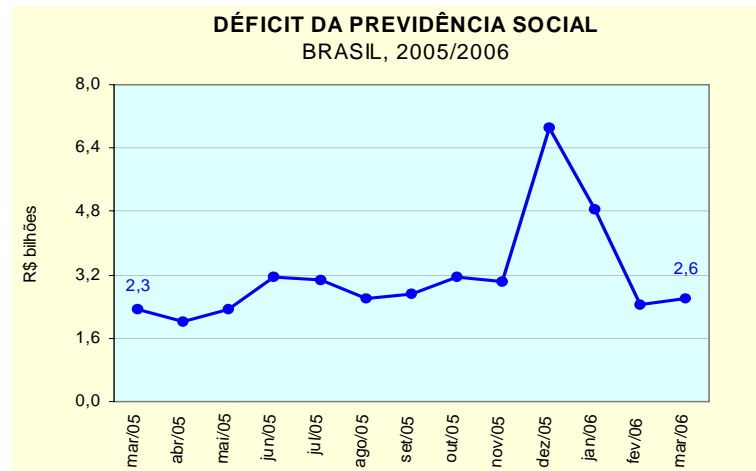
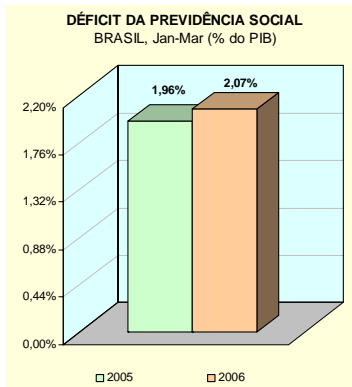
BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-MAR			
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Quantidade Total*	23,2	24,0	3,3%
Quantidade RGPS*	20,5	21,1	3,0%
Valor médio Total**	444,8	472,5	6,2%
Valor médio RGPS**	468,0	494,9	5,7%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1.00

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-MAR (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Contribuição	23,7	26,7	12,9%
Benefícios	32,2	36,6	13,6%
Resultado Primário	-8,6	-9,9	15,3%

TABELA 3 QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASIL, 2005-2006				
	Em mil benefícios			
	FEV 2006	MAR 2006	MÉDIA JAN-MAR 2005	MÉDIA JAN-MAR 2006
TOTAL	23.962	23.954	23.177	23.954
Benefícios do RGPS	21.130	21.109	20.515	21.122
Previdenciários	20.384	20.370	19.760	20.377
Aposentadorias	13.120	13.157	12.660	13.123
Idade	6.713	6.731	6.478	6.715
Invalidez	2.695	2.703	2.539	2.695
Tempo de contribuição	3.711	3.723	3.642	3.713
Pensão por morte	5.804	5.816	5.648	5.803
Auxílio-Doença	1.390	1.325	1.380	1.380
Salário - maternidade	37	39	46	38
Outros	33	33	27	33
Acidentários	746	739	755	746
Aposentadorias	145	145	138	145
Pensão por morte	130	130	130	130
Auxílio - doença	115	107	129	114
Auxílio - acidente	268	268	266	268
Auxílio - suplementar	89	88	91	89
Assistenciais	2.823	2.836	2.652	2.822
Amparos Assistenciais - LOAS	2.315	2.333	2.093	2.315
Idoso	1.087	1.097	953	1.087
Portador de deficiência	1.229	1.236	1.140	1.229
Pensões mensais vitalícias	17	17	17	17
Rendas mensais vitalícias	491	487	542	490
Idade	154	153	177	154
Invalidez	336	334	365	336
Encargos Previdenciários da União (EPU)	9	9	10	9

A necessidade de financiamento do RGPS totalizou R\$ 9,9 bilhões, apresentando elevação nominal de 15,3% (R\$ 1,3 bilhão). Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,19 ponto percentual em relação ao primeiro trimestre do ano passado, sendo insuficiente para cobrir o aumento de 0,31 ponto percentual nos gastos com benefícios previdenciários. Como resultado, o déficit primário do RGPS situou-se 0,11 ponto percentual acima do observado em 2005, atingindo 2,07% do PIB.



Em março, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 552,7 bilhões, o equivalente a 28,0% do PIB, superando em 0,3 ponto percentual a taxa registrada em fevereiro. Tal acréscimo está associado fundamentalmente à apropriação por competência dos juros nominais da DPMFi, dado que os resgates líquidos alcançaram R\$ 3,1 bilhões e a Dívida Externa Líquida teve redução de R\$ 376,1 milhões. Destaque-se no mês os resgates líquidos das LFT no montante de R\$ 17,3 bilhões e as emissões líquidas de NTN-B e LTN, de R\$ 9,2 bilhões e R\$ 7,3 bilhões, respectivamente. Essas operações elevaram a participação dos títulos indexados a índices de preços e prefixados no conjunto da DPMFi em 0,77 e 0,85 ponto percentual, respectivamente, enquanto que aqueles indexados à taxa Selic reduziram-se em 1,53 ponto percentual. Ainda no âmbito da DPMFi, observou-se redução do custo médio acumulado em 12 meses, em 0,21 ponto percentual, e aumento da vida média, em 1,16 mês. Não obstante a depreciação cambial no mês, a Dívida Externa Líquida diminuiu o equivalente a 0,1 ponto percentual do PIB, em decorrência dos resgates antecipados de títulos com vencimento até 2010 e do pagamento antecipado ao Clube de Paris.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em março, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 552,7 bilhões, sendo R\$ 400,9 bilhões referentes à parcela interna e R\$ 151,8 bilhões à parcela externa. Em relação a fevereiro houve elevação de R\$ 9,9 bilhões, explicado em grande medida pela apropriação por competência dos juros nominais da DPMFi, não obstante os resgates líquidos no mês de títulos da dívida interna e a redução do saldo da Dívida Externa Líquida.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2005	2006	
	MAR	FEV	MAR
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	257.169	390.560	400.885
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	862.116	1.009.079	1.019.527
Dívida Contratual da STN	-449.172	-451.464	-451.393
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-155.775	-167.055	-167.249
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	205.143	152.210	151.834
Dívida Mobiliária em Poder do Público	167.327	126.618	126.177
Títulos Depositados em Garantia	-3.779	-3.209	-3.030
Dívida Contratual	42.038	29.145	28.995
Disponibilidades	-443	-344	-308
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	462.311	542.770	552.719
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	25,6%	27,7%	28,0%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 552,7 bilhões em março, equivalentes a 28,0% do PIB.

Dívida Interna Líquida

A dívida interna líquida do Tesouro Nacional em mercado alcançou R\$ 400,9 bilhões em março, equivalentes a 20,3% do PIB acumulado em 12 meses, percentual esse superior em 0,4 ponto ao observado no mês anterior. Essa elevação deveu-se, principalmente, à incorporação por competência dos juros nominais sobre a dívida mobiliária interna.

Em março, o saldo da dívida interna líquida do Tesouro Nacional foi de R\$ 400,9 bilhões.

TABELA 5			
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO			
BRASIL, 2005/2006			
DISCRIMINAÇÃO	2005		2006
	MAR	FEV	MAR
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	257.169	390.560	400.885
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	862.116	1.009.079	1.019.527
LFT	489.468	467.995	457.330
LTN	183.445	269.681	280.715
NTN-B	26.987	131.444	142.531
NTN-C	80.282	65.940	65.042
NTN-D	6.179	4.570	3.736
Demais	47.830	48.180	48.861
Dívida Securitizada	25.278	17.843	17.905
TDA	2.647	3.425	3.407
DÍVIDA CONTRATUAL	-604.948	-618.519	-618.642
<i>Tesouro Nacional</i>	-449.172	-451.464	-451.393
Dívida Bancária	24.998	24.660	24.579
Lei nº 7.976/89	-7.591	-5.303	-5.319
Lei nº 8.727/93	-48.001	-47.609	-47.461
Lei nº 9.496/97	-245.135	-253.924	-253.806
Renegociação Dívida Municipais	-36.780	-38.780	-38.719
Demais Haveres da STN	-136.664	-130.508	-130.667
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-155.775	-167.055	-167.249
FAT	-107.899	-119.585	-119.582
Demais Entidades	-47.876	-47.470	-47.667
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	47,7%	51,5%	51,7%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-33,4%	-31,6%	-31,4%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-24,8%	-23,0%	-22,9%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	14,2%	19,9%	20,3%

Emissões e Resgates

Em março, as emissões da DPMFi corresponderam a R\$ 18,9 bilhões, dentre ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. Os resgates, por sua vez, alcançaram R\$ 22,1 bilhões, resultando em resgate líquido de R\$ 3,1 bilhões.

No mês de março, houve resgate líquido da DPMFi no montante de R\$ 3,1 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 18,8 bilhões, sendo: i) R\$ 10,4 bilhões em NTN-B, com vencimentos em maio de 2009, 2011, 2015, 2035 e 2045 e agosto de 2008, 2010 e 2024; ii) R\$ 7,9 bilhões em LTN, com vencimentos em outubro de 2006 e 2007 e julho de 2008; iii) R\$ 402,5 milhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2010 e 2012; e iv) R\$ 114,3 milhões em NTN-C, com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 88,2 milhões, todas no âmbito dos programas públicos, distribuídas da seguinte forma: i) R\$ 41,1 milhões em NTN-P no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND); ii) R\$ 28,7 milhões em CFT-E1 para o Fies; e iii) R\$ 18,4 milhões em NTN-I para o Proex.

TABELA 6
EMISSIONES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, MAR/2006

R\$ milhões				
FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSIONES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSIONES	18.797,9	88,2	54,2	18.940,3
LFT	0,0	0,0	10,4	10,4
LTN	7.925,9	0,0	17,4	7.943,3
NTN-B	10.355,1	0,0	21,8	10.376,9
NTN-C	114,3	0,0	2,3	116,7
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	402,5	0,0	2,3	404,8
TDA	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitizada*	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais	0,0	88,2	0,0	88,2
II. RESGATES**	19.645,9	2.366,9	43,0	22.055,8
LFT	15.787,8	1.514,8	7,1	17.309,6
LTN	685,4	0,0	6,5	692,0
NTN-B	1.085,0	35,7	15,9	1.136,7
NTN-C	1.500,2	30,1	12,8	1.543,1
NTN-D	587,5	318,7	0,0	906,2
NTN-F	0,0	0,0	0,7	0,7
TDA	0,0	28,4	0,0	28,4
Securitizada*	0,0	74,6	0,0	74,6
Demais	0,0	364,5	0,0	364,5
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	-848,0	-2.278,7	11,2	-3.115,5

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

Boxe 2 – Tesouro Direto

Em março, o programa Tesouro Direto alcançou R\$ 54,2 milhões em vendas. Em relação ao mesmo período de 2005, observou-se um aumento de 3,44% no montante vendido.

Os títulos mais demandados pelos investidores foram as NTN-B (incluindo NTN-B principal), representando 40,2% do montante vendido, seguidas pelas LTN (32,1%) e pelas LFT (19,3%).

No mês, ocorreu o cadastro de 2.701 novos investidores no programa, segundo maior número mensal de cadastros desde o seu início, em janeiro de 2002. Destaca-se que o número de investidores cadastrados atingiu 56.278 pessoas.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 54,2 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 21,8 milhões em NTN-B com vencimentos em maio de 2007, 2009, 2011, 2015 e 2045 e agosto de 2008, 2010 e 2024; ii) R\$ 17,4 milhões em LTN com vencimentos em outubro de 2006, janeiro, abril, julho e outubro de 2007 e janeiro e julho de 2008; iii) R\$ 10,4 milhões em LFT com vencimentos em março de 2009 e 2010; iv) R\$ 2,3 milhões em NTN-C com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031; e v) R\$ 2,3 milhões em NTN-F com vencimentos em janeiro de 2008 e 2010.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados, em março, atingiu R\$ 22,1 bilhões, sendo R\$ 18,6 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 3,5 bilhões referentes a cancelamentos, dos quais os mais importantes foram R\$ 1,4 bilhão em LFT, R\$ 1,4 bilhão em NTN-C e R\$ 700,4 milhões em NTN-B, todos aceitos nos leilões de NTN-B e NTN-C com prazos mais longos.

Composição

Em relação à composição da DPMFi, observou-se redução da participação de títulos remunerados pela taxa Selic em 1,53 ponto percentual em função do resgate líquido de LFT, no valor de R\$ 17,3 bilhões, e aumento na participação dos títulos com rentabilidade prefixada (0,85 ponto percentual) em função da emissão líquida de LTN e NTN-F, no valor de R\$ 7,3 bilhões e R\$ 404,1 milhões, respectivamente. Os títulos remunerados por índices de preços apresentaram aumento de 0,77 ponto percentual, devido à emissão líquida de NTN-B, no valor de R\$ 9,2 bilhões.

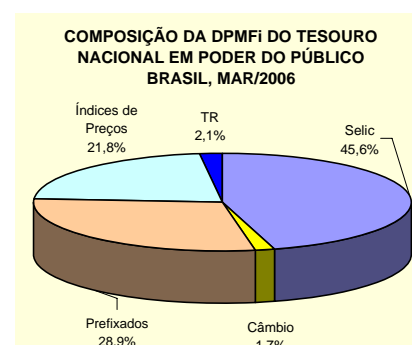
A participação na DPMFi de títulos remunerados pela taxa Selic reduziu-se em 1,53 ponto percentual, acompanhada de aumento da parcela daqueles remunerados por índices de preços (0,77) e dos prefixados (0,85).

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2005/2006

INDEXADOR	2005			2006		
	MAR	FEV	MAR	MAR	FEV	MAR
Selic	58,31	47,16	45,63			
Câmbio	2,64	1,76	1,68			
Prefixados	21,95	28,01	28,86			
Índices de Preços	14,54	21,00	21,77			
TR	2,56	2,08	2,07			

(%)

* Não inclui dívida agrícola.



Boxe 3 – Títulos Indexados a Índices de Preços

Seguindo diretrizes de administração da dívida pública e visando a fortalecer o mercado de títulos públicos remunerados a índices de preços, o Tesouro realizou, no mês de março, leilões de NTN-B, remuneradas pelo IPCA, e NTN-C, remuneradas pelo IGP-M.

O montante emitido de NTN-C, em março, foi de R\$ 114,3 milhões. No leilão realizado nos dias 23 e 24 de fevereiro, com liquidação financeira no dia 1º de março de 2006, foram ofertados títulos com vencimentos em 2017, 2021 e 2031, sendo que a taxa de venda para todos os títulos foi de 7,50% a.a.. Neste leilão, 83,8% (R\$ 95,8 milhões) foram recebidos em troca por outros títulos e 16,2% (R\$ 18,5 milhões) foram recebidos em dinheiro. Ressalta-se que a NTN-C com vencimento em 2031 foi o título mais demandado, representando 80,7% do total negociado.

No que diz respeito às NTN-B, o montante vendido em março foi de R\$ 10,4 bilhões. No leilão realizado nos dias 7 e 8 de março, com liquidação financeira no dia 9 de março de 2006, foram emitidos R\$ 3,5 bilhões. Desse montante 83,8% (R\$ 2,9 bilhões) foram recebidos em dinheiro e 16,2% (R\$ 560,9 milhões) em troca por outros títulos. O título mais demandado foi aquele com vencimento em 2011, representando 81,5% do total vendido e saindo à taxa de 9,15% a.a.. Os títulos com vencimento em 2008, 2009 e 2010 foram vendidos às taxas de 9,60% a.a., 9,40% a.a. e 9,18% a.a., respectivamente.

O segundo leilão de NTN-B foi realizado nos dias 13 e 14 de março com liquidação financeira em 15 de março. O montante vendido foi de R\$ 5,5 bilhões, sendo que 63,6% (R\$ 3,5 bilhões) foram recebidos em dinheiro e 36,4% (R\$ 2,0 bilhões) em troca por outros títulos. Destaca-se que a NTN-B com vencimento em 2045 foi o título mais demandado, saindo à taxa de 7,50% a.a.. As NTN-B com vencimento em 2008, 2009, 2010, 2011, 2015, 2024 e 2035 foram vendidas às taxas de 9,68% a.a., 9,40% a.a., 9,10% a.a., 9,15% a.a., 7,50% a.a., 7,50% a.a. e 7,55% a.a., respectivamente.

Houve ainda um terceiro leilão de NTN-B, realizado nos dias 21 e 22 de março, com liquidação financeira em 23 de março, em que foram vendidos R\$ 1,4 bilhão. Desse total, 55,9% (R\$ 795,0 milhões) foram recebidos em dinheiro e 44,1% (R\$ 628,1 milhões) em troca por outros títulos. Assim como no primeiro leilão do mês, o título com vencimento em 2011 foi o mais demandado, saindo à taxa de 9,30%. Os títulos com vencimento em 2008, 2009 e 2010 foram vendidos às taxas de 9,75% a.a., 9,55% a.a. e 9,45% a.a., respectivamente.

O custo médio da DPMFi em poder do público passou de 15,40% a.a., em fevereiro, para 16,11% a.a., em março, em função da variação do real frente ao dólar americano em relação ao mês anterior (depreciação de 1,73%, em março, contra apreciação de 3,63%, em fevereiro), aumentando o custo anual da NTN-D.

Custo Médio

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 16,68% a.a., em fevereiro, para 15,89% a.a., em março em função de: i) variação negativa do IGP-M (-0,23%, em março, contra 0,01%, em fevereiro) reduzindo o custo anual da NTN-C em 3,0 pontos percentuais; e ii) redução do custo da LFT em 0,54 ponto percentual devido a maior quantidade de dias úteis no mês de março em relação a fevereiro, apesar da maior variação mensal da taxa Selic (1,42%, em março, contra 1,15%, em fevereiro).

TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

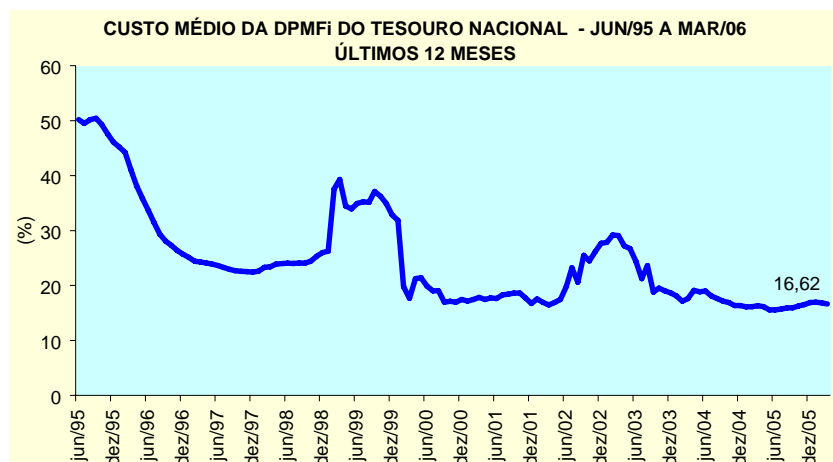
		(% anual)	
PERÍODO		TOTAL (1)	TOTAL (2)
2005	Mar	18,71	19,37
	Abr	18,20	16,71
	Mai	17,03	15,04
	Jun	16,74	15,81
	Jul	16,91	17,22
	Ago	16,51	15,96
	Set	16,64	14,58
	Out	18,74	18,94
	Nov	18,55	17,69
	Dez	17,51	18,85
2006	Jan	18,06	16,40
	Fev	16,68	15,40
	Mar	15,89	16,11

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Excluindo os títulos indexados à taxa de câmbio, o custo médio anualizado da DPMFi em poder do público reduziu-se em 0,79 ponto percentual, em relação ao mês anterior.

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi apresentou redução, ao passar de 16,83% a.a., em fevereiro, para 16,62% a.a., em março, em função da menor depreciação do dólar americano frente ao real (1,73%, em março de 2006, contra 2,74% no mesmo mês do ano anterior), e da menor variação da Selic, do IPCA e do IGP-M (1,42%, 0,43% e -0,23%, em março de 2006, contra 1,53%, 0,61% e 0,85% no mesmo mês do ano anterior, respectivamente). Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.

O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 16,62% a.a., apresentando redução de 0,21 ponto percentual em relação ao mês anterior.



Prazo Médio

Em comparação a fevereiro, o prazo médio da DPMFi em poder do público diminuiu 0,22 mês.

Em março, o prazo médio da DPMFi diminuiu 0,22 mês, não obstante as emissões de NTN-B, LTN e NTN-C com prazos médios (164,34 meses, 18,80 meses e 276,50 meses, respectivamente) superiores aos dos respectivos estoques em fevereiro (58,63 meses, 10,67 meses e 80,10 meses). A vida média da DPMFi, por outro lado, elevou-se, passando de 43,67 meses, em fevereiro, para 44,83 meses, em março, influenciada pelo aumento da participação dos títulos remunerados por índices de preços, que possuem vida média superior ao seu prazo médio. A divergência entre as variações dos dois indicadores é explicada pelas expressivas emissões de NTN-B, as quais pagam cupons, e pelo fato do conceito de vida média não incorporar tais pagamentos no cálculo desse indicador, ao contrário do conceito de prazo médio (para maiores detalhes sobre a metodologia de cálculo da vida média, ver Resultado do Tesouro nº 9, vol. 11, relativo ao mês de setembro de 2005).

PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

TÍTULOS	BRASIL, 2005/2006		
	2005		2006
	MAR	FEV	MAR
LTN	5,35	10,67	9,83
LFT	18,46	19,12	18,23
NTN-B	105,13	58,63	59,19
NTN-C	67,32	80,10	79,86
NTN-D	19,19	10,87	12,27
TDA	65,15	62,63	61,90
Dívida Securitizada*	78,05	87,35	86,58
Demais	92,27	79,91	79,04
TOTAL	28,01	29,67	29,45

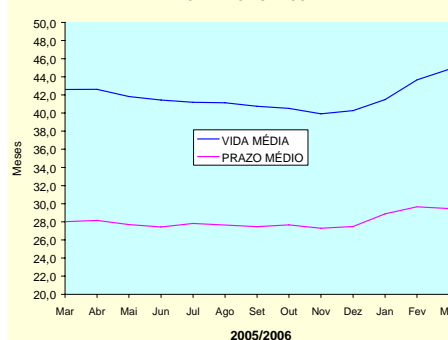
(*) Inclui dívida agrícola.

TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)		
		TOTAL	OF. PUB. (3)	
		Meses		
2005	Mar	42,60	28,01	
	Abr	42,62	28,16	
	Mai	41,83	27,69	
	Jun	41,44	27,42	
	Jul	41,19	27,81	
	Ago	41,13	27,65	
	Set	40,75	27,46	
	Out	40,52	27,67	
	Nov	39,93	27,28	
	Dez	40,28	27,49	
	2006	Jan	41,50	28,89
		Fev	43,67	29,67
Mar		44,83	29,45	

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO



A dívida externa líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de março em R\$ 151,8 bilhões, com redução de 0,25% em relação a fevereiro, apesar da emissão do *Global 2037* e da pequena depreciação da moeda nacional em relação ao dólar americano, de 1,73%. Na moeda norte-americana, o saldo sofreu um decréscimo de US\$ 1,4 bilhão, em virtude: i) da continuidade do programa de resgate antecipado de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal externa; ii) do pré-pagamento pelo governo brasileiro de obrigações junto ao Clube de Paris; e iii) do vencimento dos bônus Samurai 2006.

Dívida Externa Líquida

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2005		2006	
	MAR	FEV	MAR	
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	167.327	126.618	126.177	
Bônus de Renegociação	38.487	14.835	14.646	
Bônus de Captação	128.840	111.783	111.531	
II. DÍVIDA CONTRATUAL	42.038	29.145	28.995	
Organismos Multilaterais	24.238	20.405	20.640	
Bancos Privados/Ag. Governamentais	8.398	6.552	6.656	
Clube de Paris	9.403	2.189	1.699	
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	209.365	155.764	155.172	
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.779	-3.209	-3.030	
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-443	-344	-308	
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	205.143	152.210	151.834	
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	11,3%	7,8%	7,7%	

Em março, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 151,8 bilhões, inferior em R\$ 376,1 milhões frente ao mês anterior.

O serviço da DPFe, em março, totalizou R\$ 6,2 bilhões, dos quais R\$ 4,8 bilhões referem-se ao pagamento de principal e R\$ 1,4 bilhão ao pagamento de juros e encargos - a maior parte relativa à dívida mobiliária. Destes, R\$ 2,8 bilhões referem-se aos títulos resgatados no âmbito do programa de resgate antecipado de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal externa. Por sua vez, os pré-pagamentos referentes ao Clube de Paris perfizeram R\$ 541,2 milhões.

Boxe 4 – Brasil reabre *Global 2037*

O Tesouro Nacional realizou, em 16 de março, a reabertura do título *Global 2037*, cuja emissão pagou 204 pontos base acima do título do Tesouro Norte-Americano com vencimento em 2031. A operação registrou o menor *spread* dentre os títulos emitidos em dólares desde 1995, quando foi emitido o primeiro título soberano após o processo de renegociação da dívida externa, em abril de 1994.

O desempenho dessa reabertura do *Global 2037*, cuja cotação, em relação à emissão original, ocorrida em 10 de janeiro de 2006, subiu de 94,856% para 103,747%, levou a uma expressiva redução da *yield*, de 7,557% para 6,831%. O título possui cupom de 7,125% a.a. e data de vencimento no dia 20 de janeiro de 2037.

A emissão, com volume de US\$ 500 milhões, insere-se no Programa de Financiamento da Dívida Pública Federal Externa, que prevê a captação de até US\$ 9 bilhões para o biênio 2006/2007. Somando-se às emissões já realizadas, foram captados no âmbito do Programa aproximadamente US\$ 5,3 bilhões, o que representa 59,6% da meta, não obstante terem decorrido apenas 4 meses do biênio de referência.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, MAR/2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	4.831,2	1.382,6	6.213,8
I.1. Organismos Multilaterais	189,2	89,6	278,8
I.2. Bancos Privados / Ag.Gov.	115,3	42,8	158,0
I.3. Clube de Paris	541,2	5,1	546,3
I.4. Dívida Mobiliária	3.985,6	1.245,2	5.230,7
BEA/Bradies - Recompra Bacen	411,2	8,6	419,8
BIB	33,1	16,0	49,0
Euro 2006 - Recompra Bacen	72,3	7,1	79,4
Euro 2007 - Recompra Bacen	52,7	7,1	59,7
Euro 2009	0,0	153,6	153,6
Euro 2010 - Recompra Bacen	31,6	8,1	39,6
Global 2007 - Recompra Bacen	385,8	32,8	418,6
Global 2008 - Recompra Bacen	515,9	84,4	600,2
Global 2008	0,0	138,8	138,8
Global 2009 - Recompra Bacen	764,6	242,2	1.006,8
Global 2009	0,0	37,1	37,1
Global 2010 - Recompra Bacen	283,5	71,5	355,0
Global 2015	0,0	175,0	175,0
Global 2030	0,0	207,2	207,2
Global 2037	0,0	3,3	3,3
Marco Alemão 2007 - Recompra Bacen	12,1	0,6	12,7
Marco Alemão 2008 - Recompra Bacen	71,6	7,8	79,3
Samurai 2006	1.104,0	27,4	1.131,4
Samurai 2007 - Recompra Bacen	247,3	16,7	264,0

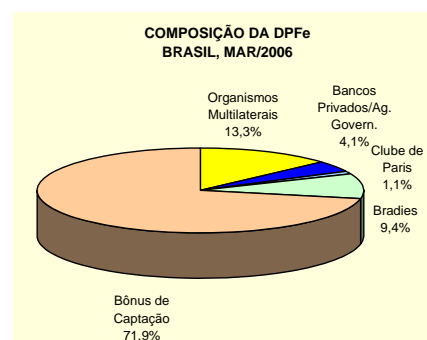
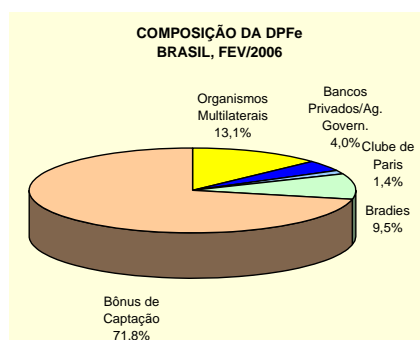
(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 6,2 bilhões em março. Deste montante, R\$ 3,4 bilhões referem-se a amortizações antecipadas de obrigações externas.

Composição

Em relação à composição da DPFe, houve queda da participação dos *bradies* e das obrigações no âmbito do Clube de Paris, em virtude do pré-pagamento efetuado pelo Governo Brasileiro. Em consequência, houve aumento percentual na composição dos Bônus de Captação, a despeito do Programa de Resgate Antecipado de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal externa.

Em março, verificou-se pequeno aumento da participação dos bônus de captação, em virtude da emissão do Global 2037 e dos pré-pagamentos de bradies e obrigações junto ao Clube de Paris.



O prazo médio da dívida mobiliária externa sofreu acréscimo em relação a fevereiro, passando de 6,66 anos para 6,77 anos, em virtude da emissão do *Global 2037* e dos cancelamentos dos títulos de curto prazo referentes ao programa de resgate antecipado. Já a vida média passou de 13,07 anos, em fevereiro, para 13,42 anos, em março, pelos mesmos motivos citados acima. O custo médio, em dólares, permaneceu estável no mês.

Prazo e Custo Médio

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL EXTERNA
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	2006		
	MAR	FEV	MAR
PRAZO MÉDIO (1)	5,71	6,66	6,77
Bônus de Renegociação	5,28	5,85	5,63
Bônus de Captação	5,84	6,77	6,92
Globais	6,80	7,55	7,66
Euros	3,08	3,88	3,80
Demais	1,85	1,01	1,21
VIDA MÉDIA (2)	11,56	13,07	13,42
Bônus de Renegociação	9,66	10,03	9,73
Bônus de Captação	12,13	13,47	13,90
Globais	14,75	15,52	15,89
Euros	4,68	5,04	4,99
Demais	2,00	1,08	1,27
CUSTO MÉDIO (3)	9,04	9,23	9,24
Bônus de Renegociação	5,47	5,40	5,39
Bônus de Captação	10,11	9,73	9,74
Globais	10,46	9,91	9,85
Euros	9,76	9,79	9,78
Demais	6,08	6,07	6,59

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
 (2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
 (3) Custo Médio em dólares (% ao ano).

Em março, o prazo médio da dívida pública mobiliária externa elevou-se para 6,77 anos. O custo médio, por sua vez, ficou estável.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAES – Parcelamento Especial (Refis II)
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Mar/2005	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2006
I. RECEITA TOTAL	38.278,2	42.799,8	36.936,6	40.441,6	40.193,2	39.248,5	36.722,7	41.439,6	39.810,6	55.817,9	45.552,7	38.577,9	41.427,0
I.1. Receitas do Tesouro	29.875,2	34.091,1	28.638,9	31.692,4	31.604,4	30.212,9	27.864,4	32.627,2	30.660,0	40.231,3	37.276,2	29.129,5	32.082,8
I.1.1. Receita Bruta	30.605,9	34.615,1	29.369,7	33.419,6	33.960,3	31.298,3	30.268,1	34.343,8	31.686,2	41.021,4	37.702,8	29.518,8	32.541,5
- Impostos	13.128,7	14.643,1	12.178,2	15.977,8	12.899,3	13.097,6	12.424,5	13.925,0	13.609,0	20.015,8	14.559,8	12.736,1	13.790,1
- Contribuições	14.080,8	14.976,9	14.028,6	14.810,5	16.309,9	15.010,9	15.206,0	15.728,2	15.452,0	16.418,9	17.237,8	14.271,5	14.987,3
- Demais (1)	3.396,4	4.995,1	3.162,8	2.631,3	4.751,1	3.189,9	2.637,6	4.690,6	2.625,2	4.586,7	5.905,2	2.511,1	3.764,1
I.1.2. (-) Restituições	-730,7	-524,0	-730,8	-1.727,2	-2.356,0	-1.085,4	-2.403,6	-1.716,6	-1.026,1	-783,1	-426,5	-389,2	-458,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-7,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	8.236,1	8.598,3	8.187,8	8.589,1	8.474,5	8.952,4	8.748,2	8.699,0	9.044,1	15.486,6	8.203,7	9.318,6	9.193,9
I.3. Receitas do Banco Central	166,9	110,4	109,9	160,1	114,3	83,3	110,1	113,3	106,5	100,0	72,8	129,8	150,3
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	6.209,7	6.557,4	7.996,6	6.648,0	6.463,2	6.751,1	5.401,6	6.330,7	8.216,6	9.266,7	8.434,3	7.274,0	6.363,0
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	4.775,9	5.198,0	5.835,6	5.625,7	4.652,7	4.822,5	4.058,9	4.685,1	5.818,1	7.625,5	6.441,0	5.536,5	5.228,1
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	359,3	353,2	359,5	357,4	344,9	365,2	363,9	350,4	366,6	817,1	447,2	0,0	0,0
II.3. Transferências da Cide	0,0	430,1	0,0	0,0	453,5	0,0	0,0	452,5	0,0	0,0	446,6	0,0	0,0
II.4. Demais	1.074,5	576,0	1.801,5	664,9	1.012,0	1.563,4	978,8	842,6	2.032,0	824,0	1.099,4	1.737,5	1.134,8
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	32.068,5	36.242,4	28.939,9	33.793,6	33.730,0	32.497,5	31.321,0	35.108,9	31.593,9	46.551,2	37.118,4	31.303,9	35.064,0
IV. DESPESA TOTAL	25.512,7	23.552,0	26.224,5	27.978,5	28.975,1	28.742,6	28.554,1	29.315,8	30.315,9	50.560,4	33.162,0	27.723,5	27.994,1
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	6.844,1	6.575,6	6.739,6	7.561,2	8.617,9	7.031,6	7.134,2	6.858,8	8.110,2	10.894,7	10.023,7	8.078,1	7.926,2
IV.2. Benefícios Previdenciários	10.573,3	10.611,6	10.530,9	11.735,9	11.561,3	11.560,7	11.461,3	11.836,4	12.071,4	22.400,5	13.047,8	11.759,4	11.806,3
IV.3. Custeio e Capital	7.855,8	6.197,2	8.773,6	8.510,1	8.618,5	9.827,9	9.784,9	10.425,5	10.000,8	17.079,3	10.000,0	7.711,1	8.059,7
IV.3.1. Despesa do FAT	858,4	671,5	862,2	860,6	1.309,3	1.737,4	1.272,7	1.081,0	1.200,8	930,1	950,9	529,2	992,2
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	875,9	18,3	424,4	347,7	525,5	349,6	1.001,1	1.531,4	553,7	3.235,2	2.200,8	422,7	136,5
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (4)	702,6	703,8	712,2	819,6	821,7	826,6	830,3	837,5	840,9	848,3	850,9	852,5	862,2
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.418,9	4.803,7	6.774,8	6.482,2	5.962,0	6.914,3	6.680,8	6.975,6	7.405,4	12.065,6	5.997,5	5.906,7	6.068,8
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	51,0	51,7	53,7	50,3	49,3	22,7	53,7	55,9	15,9	34,5	1,5	67,0	55,9
IV.5. Despesas do Banco Central	188,6	115,8	126,7	121,0	128,1	299,8	120,0	139,2	117,5	151,5	89,0	107,9	145,9
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	6.555,8	12.690,4	2.715,4	5.815,2	4.754,9	3.754,8	2.766,9	5.793,1	1.278,0	-4.009,2	3.956,4	3.580,4	7.069,9
V.1. Tesouro Nacional	8.914,6	14.709,2	5.075,3	8.922,9	7.855,5	6.579,6	5.490,0	8.956,3	4.316,5	2.956,2	8.816,7	5.999,2	9.678,0
V.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-2.337,1	-2.013,3	-2.343,1	-3.146,8	-3.086,8	-2.608,3	-2.713,1	-3.137,4	-3.027,3	-6.913,8	-4.844,1	-2.440,8	-2.612,5
V.3. Banco Central (6)	-21,7	-5,5	-16,8	39,1	-13,8	-216,5	-9,9	-25,8	-11,1	-51,6	-16,3	21,9	4,4
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (7)	200,0	164,2	331,7	168,2	331,2	435,0	209,0	154,0	110,4	0,0	234,7	161,7	350,3
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	449,2	1.453,3	-843,4	76,7	528,7	318,6	-46,1	374,8	-1.042,3	-381,4	-880,6	-470,7	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (8)	7.205,0	14.307,9	2.203,8	6.060,0	5.614,8	4.508,5	2.929,8	6.321,9	346,1	-4.390,6	3.310,5	3.271,3	nd
IX. JUROS NOMINAIS (8)	-10.971,7	-7.014,5	-9.468,5	-13.248,6	-11.733,1	-12.024,2	-13.282,8	-11.479,2	-9.183,6	-8.855,6	-14.853,2	-9.075,5	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8)	-3.766,7	7.293,3	-7.264,7	-7.188,6	-6.118,3	-7.515,8	-10.353,0	-5.157,3	-8.837,6	-13.246,2	-11.542,7	-5.804,2	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS (1)	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RMV (4)	143,0	140,2	139,6	159,0	157,8	156,8	155,4	154,0	152,4	151,1	149,9	148,6	147,5

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(7) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(8) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Mar/2005	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2006
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	40.138,6	38.775,9	41.525,0	41.811,0	38.322,5	41.315,0	38.691,3	38.160,8	44.240,0	62.315,5	33.810,8	42.099,5	41.752,9
I.1 - Recolhimento Bruto	29.484,9	27.731,4	30.823,6	30.828,8	28.092,0	29.680,8	27.513,9	27.085,0	33.041,1	43.897,5	23.205,2	30.712,6	29.496,2
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-7,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.439,5	1.215,4	1.463,7	1.469,9	930,0	1.642,1	1.527,7	1.485,4	1.311,9	1.530,2	1.470,7	1.042,3	1.980,1
I.4 - Receita das Operações de Crédito	185,0	332,2	219,2	259,3	207,8	221,8	164,4	188,1	107,3	157,8	95,2	71,8	309,3
I.5 - Receita do Salário Educação	268,8	243,5	213,2	176,9	317,4	322,4	356,9	297,4	330,3	346,6	596,8	333,4	349,3
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	8.756,8	9.242,8	8.768,9	9.056,3	8.724,6	9.374,9	9.078,4	9.101,6	9.446,6	16.323,5	8.402,0	9.924,3	9.604,2
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	3,5	10,6	36,4	19,8	50,6	73,0	50,0	3,2	2,8	66,9	40,9	15,0	13,8
II. DESPESAS	34.360,0	37.571,1	40.176,4	40.690,7	45.089,0	39.058,8	42.664,6	42.385,6	50.038,4	56.790,7	48.187,2	39.881,2	37.320,6
II.1 - Liberações Vinculadas	7.130,7	8.132,8	9.551,4	8.186,5	7.766,1	8.274,0	6.647,5	7.730,6	10.119,2	10.288,4	10.599,4	7.925,4	6.735,9
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	5.089,3	5.538,3	6.219,7	5.997,9	4.958,3	5.136,9	4.321,5	4.989,2	6.555,3	8.103,6	6.864,1	5.900,4	5.571,9
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	373,4	815,0	1.212,8	422,2	928,5	1.277,4	450,5	1.007,6	1.481,8	461,3	889,9	1.343,1	536,8
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	359,3	353,2	712,7	357,4	344,9	365,2	363,9	350,4	366,6	817,1	447,2	0,0	0,0
II.1.4 - Outras Vinculações	1.308,7	1.426,2	1.406,2	1.409,1	1.534,3	1.494,5	1.511,6	1.383,4	1.715,5	906,4	2.398,1	681,9	627,2
II.2 - Liberações Ordinárias	27.229,3	29.438,4	30.625,0	32.504,2	37.323,0	30.784,8	36.017,1	34.655,0	39.919,2	46.502,3	37.587,8	31.955,7	30.584,7
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.439,6	7.244,4	7.732,2	9.490,7	7.441,3	7.560,9	7.380,2	7.746,5	11.095,0	9.839,8	11.235,8	8.228,1	8.252,5
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	825,9	2.353,5	1.651,1	1.467,6	4.782,0	1.648,4	3.421,9	887,0	160,8	2.951,4	1.412,4	1.931,7	-66,6
i) Dívida Contratual Interna	108,8	115,7	105,1	139,5	69,0	110,2	112,6	332,8	112,2	24,2	93,9	115,7	124,7
ii) Dívida Contratual Externa	717,1	2.237,8	1.546,1	1.328,0	4.713,0	1.538,2	3.309,3	554,2	48,6	2.927,2	1.318,5	1.816,0	-191,3
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.404,7	3.904,1	3.737,2	3.366,6	6.747,4	2.836,5	5.519,3	6.494,3	4.513,8	3.260,2	8.806,1	3.509,6	4.507,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	10.014,8	10.391,3	10.696,1	11.261,0	11.187,2	11.273,4	11.419,1	11.667,7	15.960,5	18.164,9	11.051,3	11.319,3	11.962,4
II.2.5 - Custeio e Investimento	6.289,7	5.360,5	6.270,6	6.475,5	6.654,0	7.210,3	7.831,3	7.699,3	7.907,7	11.496,2	4.805,3	6.600,5	5.831,4
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	254,6	184,5	537,8	442,7	511,0	255,2	445,2	160,2	281,3	789,8	276,8	366,5	98,2
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	5.778,6	1.204,7	1.348,6	1.120,2	-6.766,6	2.256,2	-3.973,3	-4.224,8	-5.798,4	5.524,8	-14.376,4	2.218,3	4.432,3
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	34.568,0	34.870,4	32.459,8	28.540,2	45.796,9	27.870,1	39.005,8	35.339,3	39.448,4	27.466,6	51.235,8	30.904,7	17.547,4
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	34.008,6	34.221,5	31.358,4	27.569,7	45.182,0	26.852,7	38.444,5	34.727,6	38.781,0	26.528,7	50.547,0	29.716,0	16.763,0
IV.2 - Outras Operações de Crédito	559,4	648,9	1.101,4	970,5	614,9	1.017,5	561,3	611,7	667,5	937,9	688,7	1.188,7	784,5
V. DESPESAS	17.498,7	37.574,6	24.176,3	25.778,7	41.200,8	30.959,9	30.072,0	31.313,0	18.316,2	18.022,1	40.953,0	15.575,9	15.399,4
V.1 - Amortização da Dívida Interna	17.091,6	36.313,3	21.986,1	19.285,0	39.351,3	27.510,6	26.393,2	31.178,3	18.153,3	15.240,5	36.603,0	10.344,8	12.308,0
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	16.988,4	36.205,6	21.876,2	19.159,2	39.253,1	27.393,3	26.281,6	30.930,9	18.043,8	15.035,7	36.512,5	10.226,2	12.161,2
V.1.2 - Dívida Contratual	103,1	107,7	110,0	125,7	98,1	117,3	111,6	247,5	109,5	204,8	90,5	118,6	146,8
V.2 - Amortização da Dívida Externa	407,2	1.261,4	2.190,1	6.493,7	1.849,5	3.449,4	3.678,9	134,6	162,9	2.781,6	4.350,0	5.231,1	3.091,4
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	17.020,2	-1.984,1	9.482,2	8.410,5	5.928,9	-540,6	12.163,0	3.796,8	20.737,2	11.493,0	14.034,5	19.489,8	4.601,8
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	3.908,8	-1.048,5	3.707,4	2.020,9	-2.661,8	-876,8	3.768,4	-2.999,2	-3.026,8	-35.299,1	2.307,9	2.453,6	3.160,9
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	26.756,6	-2.548,0	13.339,5	5.902,7	-4.832,2	-1.710,5	8.728,9	-3.197,7	12.307,1	-20.329,7	-1.785,7	20.000,8	9.741,2



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Mar/2005	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2006
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	17.308,8	36.872,5	7.407,4	3.120,9	27.436,6	15.723,2	11.268,4	28.818,7	5.373,2	12.200,9	2.687,9	7.353,6	3.760,9
I.1. Emissão de Títulos	13.602,9	36.057,5	5.635,9	754,0	24.823,0	12.123,3	9.397,4	26.309,3	3.046,9	8.450,2	0,0	5.469,5	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	3.627,0	768,6	1.644,3	2.206,9	2.455,5	3.420,9	1.795,9	2.433,6	2.227,6	3.717,9	2.576,0	1.707,5	2.516,6
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	78,9	46,4	127,2	160,0	158,1	178,9	75,2	75,9	98,7	32,8	111,9	176,7	219,4
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.024,8
II. DESPESAS NO BACEN	13.400,0	37.921,0	3.700,0	1.100,0	30.098,3	16.600,0	7.500,0	31.818,0	8.400,0	47.500,0	380,0	4.900,0	600,0
II.1. Resgate de Títulos	11.800,0	36.400,0	3.200,0	0,0	27.000,0	15.124,9	6.500,0	28.234,2	6.400,0	41.642,2	0,0	4.000,0	500,0
II.2. Encargos da DPMF	1.600,0	1.521,0	500,0	1.100,0	3.098,3	1.475,1	1.000,0	3.583,7	2.000,0	5.857,8	380,0	900,0	100,0
III. RESULTADO (I - II)	3.908,8	-1.048,5	3.707,4	2.020,9	-2.661,8	-876,8	3.768,4	-2.999,2	-3.026,8	-35.299,1	2.307,9	2.453,6	3.160,9

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (*)

R\$ milhões

	Mar/2005	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2006
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	19,4	2,2	35,0	19,4	20,9	1,5	1,5	1,2	15,6	54,1	16,5	17,4	0,0
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,8	0,1	0,2	0,2	177,9	57,3	0,1	0,1	4,2	0,3	106,9	193,5	0,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	125,1	29,6	48,4	-2,5	29,0	-49,8	75,6	215,5	154,4	291,4	84,9	50,9	43,7
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,3	0,4	1,0	1,1	1,2	1,0	0,8	0,5	0,4	0,4	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	115,1	19,6	18,1	-42,9	7,5	-50,8	44,0	214,5	118,4	243,6	24,4	-7,1	-16,5
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	10,0	10,0	30,0	40,1	20,5	0,0	30,5	0,0	35,2	47,3	60,1	57,7	60,2
IV. PRONAF	17,5	5,8	35,4	9,5	156,5	61,1	251,9	-14,6	27,2	219,6	41,2	23,8	-6,0
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	18,6	3,0	34,8	16,8	134,1	66,6	263,9	-4,1	50,8	132,7	45,7	33,3	0,0
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	-1,1	2,8	0,5	-7,3	22,4	-5,5	-11,9	-10,5	-23,5	86,9	-4,5	-9,5	-6,0
V. PROEX	31,6	-82,4	72,3	136,9	33,0	25,6	55,5	48,8	76,6	124,2	-33,3	24,5	-112,5
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	16,9	8,7	54,5	28,3	55,5	34,0	24,1	28,8	23,7	146,7	0,0	10,2	18,9
V.2. Concessão de Financiamento (1)	14,7	-91,1	17,7	108,6	-22,5	-8,4	31,4	20,0	52,9	-22,5	-33,3	14,3	-131,4
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA) (2)	0,0	0,0	0,0	278,9	12,0	28,1	404,4	92,4	17,9	295,7	78,4	26,8	7,0
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0	0,6	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	17,2	22,6	68,8	3,9	2,5	26,9	20,1	90,7	0,0	0,0	0,0	3,0	3,4
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	884,4	11,6	1.803,3	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)	3,1	10,7	6,7	11,3	9,5	97,3	62,3	107,9	81,7	137,5	0,0	51,7	32,3
XI. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND) (1)	-41,0	-54,9	83,7	-38,3	-53,8	-39,9	-41,0	-53,6	-40,3	95,8	-51,6	-40,0	-37,7
XII. TOTAL	173,7	-66,2	350,4	419,4	387,5	208,2	830,6	1.372,9	349,0	3.023,0	243,0	352,3	-69,8

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

(2) Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Mar/2005	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2006
I. DÍVIDA INTERNA	257.168,5	251.388,0	275.269,6	293.434,2	299.449,1	304.533,8	321.583,1	321.779,1	347.718,9	368.652,9	361.820,8	390.560,0	400.884,9
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	862.116,1	863.748,9	878.750,1	896.348,3	906.625,4	910.879,9	924.596,5	930.355,7	956.421,2	976.439,1	982.866,4	1.009.078,9	1.019.526,7
Dívida Bancária	24.997,9	24.974,6	24.961,4	24.925,3	24.922,5	24.911,2	24.900,7	24.874,5	24.840,5	24.773,2	24.713,3	24.659,7	24.578,6
INSS	-17.335,7	-17.507,3	-17.545,0	-17.501,1	-17.422,4	-17.352,7	-17.215,6	-17.193,2	-17.301,5	-17.358,6	-17.370,8	-17.495,9	-17.485,4
Lei 7.976/89	-7.590,9	-7.266,2	-6.895,6	-6.382,3	-6.464,3	-6.392,9	-5.993,5	-6.090,7	-5.782,3	-5.771,4	-5.484,3	-5.303,0	-5.319,4
Bônus Renegociação	-16.144,4	-14.880,7	-14.085,5	-13.553,0	-13.741,6	-13.576,1	-12.732,2	-12.391,3	-12.090,3	-12.607,6	-11.928,3	-11.466,7	-11.649,4
Lei 8.727/93	-48.000,8	-48.044,1	-48.085,7	-48.038,9	-48.010,5	-47.963,5	-47.901,2	-47.816,7	-47.819,0	-47.718,8	-47.628,4	-47.609,3	-47.461,0
Lei 9.496/97	-245.134,6	-248.071,4	-249.796,6	-249.685,8	-249.455,1	-248.730,6	-247.429,4	-247.733,0	-249.789,4	-251.041,4	-251.714,6	-253.923,7	-253.805,8
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-36.779,7	-37.330,0	-37.529,3	-37.556,2	-37.661,9	-37.627,0	-37.484,6	-37.533,2	-37.871,6	-38.081,7	-38.250,2	-38.779,7	-38.718,7
Recebíveis das Estatais	-38.396,6	-36.918,5	-36.957,6	-36.972,9	-36.486,5	-36.535,0	-36.289,8	-37.249,0	-37.303,1	-37.850,3	-36.359,1	-36.265,7	-36.456,5
Outros	-45.024,7	-45.228,1	-44.668,2	-44.369,7	-44.087,8	-43.752,4	-43.201,1	-43.142,7	-43.549,8	-43.676,7	-43.565,8	-43.137,7	-43.038,0
Fat	-107.899,4	-109.750,9	-109.979,1	-110.183,4	-112.297,7	-113.149,9	-113.818,1	-113.568,4	-114.879,6	-116.867,0	-120.339,1	-119.585,2	-119.581,7
Demais Entidades	-47.875,9	-48.774,7	-43.318,3	-43.972,2	-44.331,8	-44.894,3	-45.381,3	-45.903,5	-46.479,0	-47.092,7	-47.263,9	-47.469,8	-47.667,3
Créditos das Operações Oficiais	-13.703,8	-13.219,4	-13.152,8	-13.136,0	-13.276,2	-13.908,0	-13.412,0	-13.458,8	-13.438,2	-14.471,1	-14.207,3	-14.023,3	-13.948,0
Arrecadação a Recolher	-6.059,0	-10.344,3	-6.428,3	-6.488,0	-8.863,0	-7.375,0	-7.055,4	-11.370,5	-7.239,0	-22,0	-11.647,0	-8.118,8	-8.089,3
II. DÍVIDA EXTERNA	205.143,0	192.182,1	181.743,4	177.965,6	174.001,8	173.515,6	168.063,3	166.318,2	163.277,4	173.792,1	162.657,8	152.210,1	151.834,1
Dívida Mobiliária	167.327,2	156.421,6	148.544,5	147.373,0	142.731,4	142.485,5	139.016,0	136.989,7	134.926,1	144.155,9	134.383,7	126.618,2	126.177,2
Títulos Depositados em Garantias	-3.778,8	-3.740,1	-3.690,0	-3.691,4	-3.629,2	-3.723,4	-3.289,1	-3.254,6	-3.210,7	-3.524,8	-3.291,8	-3.209,5	-3.030,3
Dívida Contratual	42.038,0	39.843,6	37.207,6	34.613,5	35.240,4	35.094,3	32.665,9	32.932,0	32.016,8	33.472,7	31.888,8	29.145,3	28.995,2
Disponibilidades	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	462.311,5	443.570,2	457.013,0	471.399,8	473.450,9	478.049,4	489.646,4	488.097,3	510.996,3	542.445,1	524.478,5	542.770,1	552.719,0
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	25,6%	24,3%	24,9%	25,4%	25,4%	25,4%	25,8%	25,6%	26,6%	28,1%	26,9%	27,7%	28,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOIRO NACIONAL

R\$ milhões

	Mar/2005	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2006
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	167.327,2	156.421,6	148.544,5	147.373,0	142.731,4	142.485,5	139.016,0	136.989,7	134.926,1	144.155,9	134.383,7	126.618,2	126.177,2
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	38.487,3	34.186,4	32.464,4	31.743,2	32.119,3	21.098,8	19.801,3	16.222,4	15.882,0	16.844,2	15.796,1	14.834,8	14.646,3
Brazil Investment Bond (BIB)	701,8	666,3	632,8	618,7	629,3	622,2	550,6	558,5	546,8	579,9	549,0	529,1	504,6
Par Bond (PB)	4.090,3	3.883,4	3.605,8	3.605,8	3.559,6	3.518,4	3.307,8	3.355,6	3.484,2	3.484,2	3.147,9	2.830,7	2.510,3
Discount Bond (DB)	3.493,7	3.316,9	3.149,8	3.079,8	3.074,6	3.039,6	2.857,6	2.898,9	2.838,1	3.010,0	2.849,7	2.746,1	2.751,7
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.120,6	945,7	898,0	878,1	893,1	883,1	830,2	736,9	721,5	765,2	724,4	659,9	671,3
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	15.775,3	14.188,9	13.474,2	13.174,8	13.399,6	2.590,8	2.435,7	-	-	-	-	-	-
Debt Conversion Bond (DCB)	8.832,9	7.827,0	7.432,7	7.267,6	7.391,6	7.308,7	6.871,2	6.472,6	6.336,8	6.720,7	6.362,7	6.034,2	6.138,5
New Money Bond (NMB)	2.499,5	2.109,4	2.003,1	1.958,6	1.992,1	1.969,7	1.851,8	1.643,8	1.609,3	1.706,8	1.615,8	1.508,0	1.534,1
Eligible Interest (EI)	1.973,2	1.248,9	1.186,0	1.159,6	1.179,4	1.166,2	1.096,4	556,1	544,4	577,4	546,7	526,8	535,9
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	128.839,8	122.235,2	116.080,1	115.629,7	110.612,1	121.386,6	119.214,7	120.767,2	119.044,0	127.311,7	118.587,5	111.783,4	111.530,9
A-Bond	-	-	-	-	-	10.656,9	10.018,9	10.163,7	9.950,4	10.553,2	9.991,0	9.628,1	9.794,4
Euro 2005	4.283,9	4.039,8	3.667,0	3.523,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Euro 2006	2.380,7	2.245,1	2.037,9	1.958,0	1.995,0	2.005,5	1.838,2	1.859,0	1.790,5	1.905,1	1.856,8	1.688,8	1.681,1
Euro 2007	2.595,2	2.447,4	2.221,5	2.134,4	2.174,8	2.186,2	2.003,8	2.026,5	1.951,9	2.076,8	2.024,1	1.686,1	1.698,0
Euro 2009	1.730,2	1.631,6	1.481,0	1.422,9	1.449,8	1.457,5	1.335,9	1.351,0	1.301,2	1.384,5	1.349,4	1.267,8	1.316,4
Euro 2010	2.595,2	2.447,4	2.221,5	2.134,4	2.174,8	2.186,2	2.003,8	2.026,5	1.951,9	2.076,8	2.024,1	1.775,0	1.811,3
Euro 2011	3.460,3	3.263,2	2.962,0	2.845,9	2.899,7	2.914,9	2.671,8	2.702,0	2.602,5	2.769,0	2.698,9	2.535,7	2.632,7
Euro 2012	3.460,3	3.263,2	2.962,0	2.845,9	2.899,7	2.914,9	2.671,8	2.702,0	2.602,5	2.769,0	2.698,9	2.535,7	2.632,7
Euro 2015	1.730,2	1.631,6	1.481,0	1.422,9	1.449,8	1.457,5	1.335,9	1.351,0	1.301,2	1.384,5	1.349,4	1.267,8	1.316,4
Euro libra 2007	756,8	725,5	655,9	631,2	630,4	639,3	587,8	598,2	572,8	603,3	592,9	558,8	565,9
Euro lira 2017	1.340,3	1.263,9	1.147,3	1.102,3	821,7	1.129,0	1.034,8	1.046,6	1.008,0	1.072,5	1.045,3	982,1	1.019,7
Global 2005	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Global 2006	3.999,3	3.797,0	3.605,7	3.525,6	3.585,8	3.545,6	3.333,3	3.381,5	3.310,5	3.511,1	-	-	-
Global 2007	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	4.844,2	3.873,2	3.554,3
Global 2008	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	5.073,8	4.248,0	3.805,6
Global 2009	7.332,1	6.961,1	6.610,5	6.463,6	6.573,9	6.500,2	6.111,1	6.199,3	6.069,3	6.436,9	5.849,1	4.961,6	4.282,7
Global 2010	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	5.382,7	4.765,8	4.564,7
Global 2011	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5
Global 2012	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5
Global 2013	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5
Global 2014	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5
Global 2015	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	3.824,8	3.781,9	3.555,5	3.606,9	4.634,7	4.915,5	4.653,6	4.484,6	4.562,0
Global 2019	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	3.585,8	3.545,6	3.333,3	3.381,5	3.310,5	3.511,1	3.324,0	3.203,3	3.258,6
Global 2020	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	2.390,5	2.363,7	2.222,2	2.254,3	2.207,0	2.340,7	2.216,0	2.135,5	2.172,4
Global 2024	7.931,2	7.529,9	7.150,6	6.991,7	7.111,0	7.031,3	6.610,4	6.705,9	6.565,2	6.962,9	6.591,9	6.352,5	6.462,2
Global 2025	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	5.000,0	5.072,2	4.965,8	5.266,6	4.986,0	4.804,9	4.887,9
Global 2027	9.331,7	8.859,6	8.413,3	8.226,4	8.366,8	8.273,0	7.777,7	7.890,1	7.724,5	8.192,5	7.756,0	7.474,3	7.603,4
Global 2030	4.265,9	4.050,1	3.846,1	3.760,6	3.824,8	3.781,9	3.555,5	3.606,9	3.531,2	3.745,1	3.545,6	3.416,8	3.475,8
Global 2034	3.999,3	3.797,0	3.605,7	4.700,8	4.781,0	4.727,4	4.444,4	4.508,6	4.414,0	5.851,8	5.540,0	5.338,8	5.431,0
Global 2037	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.216,0	3.258,6
Global 2040	13.750,4	13.054,7	12.397,1	12.121,7	12.328,6	12.190,3	11.460,6	11.626,1	11.382,2	12.071,7	11.428,6	11.013,4	11.203,7
Global BRL 2016	-	-	-	-	-	-	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Marco Alemão 2007	1.769,2	1.668,4	1.514,5	1.455,1	1.084,7	1.490,4	1.366,0	1.381,5	1.330,6	1.415,8	1.379,9	1.283,5	1.320,5
Marco Alemão 2008	1.326,9	1.251,3	1.135,8	1.091,3	813,5	1.117,8	1.024,5	1.036,1	1.061,8	1.018,8	972,4	938,0	-
Samurai 2006	1.489,6	1.447,2	1.326,2	1.271,5	1.275,5	1.281,0	1.174,3	1.162,0	1.105,8	1.189,2	1.137,6	1.095,1	-
Samurai 2007	1.986,1	1.929,7	1.768,2	1.695,4	1.700,7	1.708,0	1.565,7	1.549,3	1.474,4	1.585,6	1.516,8	1.460,2	1.228,8
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.778,8	-3.740,1	-3.690,0	-3.691,4	-3.629,2	-3.723,4	-3.289,1	-3.254,6	-3.210,7	-3.524,8	-3.291,8	-3.209,5	-3.030,3
III. DÍVIDA CONTRATUAL	42.038,0	39.843,6	37.207,6	34.613,5	35.240,4	35.094,3	32.665,9	32.932,0	32.016,8	33.472,7	31.888,8	29.145,3	28.995,2
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0
V. TOTAL (I+II+III+IV)	205.143,0	192.182,1	181.743,4	177.965,6	174.001,8	173.515,6	168.063,3	166.318,2	163.277,4	173.792,1	162.657,8	152.210,1	151.834,1
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	11,3%	10,5%	9,9%	9,6%	9,3%	9,2%	8,9%	8,7%	8,5%	9,0%	8,4%	7,8%	7,7%

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Mar/2005	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2006
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	1.159.027,9	1.160.228,9	1.179.927,0	1.200.961,5	1.211.797,7	1.216.689,7	1.233.347,3	1.240.924,8	1.268.769,5	1.256.713,1	1.277.259,7	1.306.117,6	1.320.442,6
I. Dívida em Mercado	862.116,1	863.748,9	878.750,1	896.348,3	906.625,4	910.879,9	924.596,5	930.355,7	956.421,2	976.439,1	982.866,4	1.009.078,9	1.019.526,7
Dívida Securitizada	25.278,3	24.905,3	25.026,4	24.871,0	23.551,2	23.664,6	23.535,8	20.307,2	19.797,2	18.084,3	17.754,7	17.843,1	17.904,9
TDA	2.647,1	2.766,4	2.880,7	3.043,0	3.044,6	3.060,2	3.220,6	3.297,4	3.437,1	3.447,5	3.431,9	3.425,5	3.406,5
LTN	183.444,7	172.039,5	190.553,0	201.758,7	198.276,4	212.425,7	232.414,2	220.973,3	248.998,3	263.451,3	253.193,1	269.680,5	280.714,9
LFT	489.467,6	502.752,1	499.447,9	503.367,9	516.363,8	505.969,8	498.798,1	516.796,6	505.983,8	497.907,6	478.615,0	467.995,3	457.330,2
LFT-A	3.834,0	3.852,2	3.873,6	3.897,9	3.919,2	3.945,9	3.966,3	3.982,7	3.997,7	4.016,0	3.816,0	3.820,4	3.834,4
LFT-B	5.312,7	4.965,1	4.723,5	4.651,0	4.279,7	3.901,0	3.497,9	3.188,3	3.062,2	2.704,3	2.335,4	2.295,1	2.265,6
NTN-A	11.904,2	11.164,4	10.630,9	10.422,8	10.627,3	10.536,9	9.902,2	9.901,9	9.721,6	10.335,8	9.816,6	9.489,7	9.642,4
NTN-B	26.987,4	27.476,6	27.352,9	30.693,1	37.333,0	37.906,5	39.579,5	42.426,4	50.600,5	73.824,5	112.268,4	131.443,9	142.531,3
NTN-C	80.281,9	80.962,7	81.536,2	80.610,1	75.478,4	75.405,4	75.198,5	75.261,8	76.183,1	66.993,8	66.132,0	65.940,2	65.042,1
NTN-D	6.179,1	5.903,6	5.671,6	5.607,0	5.676,0	5.652,9	5.807,8	4.912,0	4.865,3	5.206,3	4.913,2	4.570,1	3.736,1
NTN-F	4.798,4	5.212,6	5.543,3	6.123,8	6.823,1	7.360,6	7.942,0	8.631,8	9.172,9	9.615,4	9.996,2	12.521,9	13.068,1
NTN-I	1.686,1	1.594,8	1.551,0	1.531,8	1.576,4	1.573,4	1.507,6	1.516,5	1.492,1	1.665,7	1.520,2	1.472,7	1.489,9
NTN-P	2.893,5	2.913,5	2.935,4	2.958,4	2.980,6	3.005,3	3.027,7	3.049,0	3.073,4	3.095,4	3.117,7	3.135,2	3.198,0
CFT-A	11.042,2	11.008,6	10.908,4	10.757,6	10.601,3	10.426,2	10.271,2	10.191,5	10.127,2	10.037,5	9.968,9	9.503,1	9.395,4
CFT-D	2.500,9	2.366,2	2.239,4	2.182,0	2.211,6	2.179,1	2.041,4	2.063,5	2.012,9	2.127,2	2.006,5	1.926,2	1.952,4
Demais	3.858,0	3.865,2	3.876,0	3.872,2	3.882,8	3.866,5	3.885,6	3.855,8	3.895,9	3.926,5	3.980,7	4.015,8	4.014,5
II. Dívida com BACEN	296.911,8	296.480,0	301.176,9	304.613,1	305.172,3	305.809,8	308.750,8	310.569,1	312.348,3	280.274,0	294.393,4	297.038,7	300.915,9
LTN	119.486,5	118.773,6	126.093,3	128.537,9	126.068,8	140.065,1	151.485,2	142.971,0	151.197,2	119.221,6	133.989,0	141.197,9	143.194,1
LFT	125.181,3	126.974,2	128.909,9	130.980,7	132.988,3	120.253,6	117.194,4	123.787,2	117.912,6	120.035,6	121.226,2	121.408,9	122.668,1
NTN-D	39.025,3	37.364,6	32.695,8	31.596,1	32.189,8	31.670,4	26.134,4	27.877,0	27.269,5	24.966,9	23.683,3	19.034,4	19.512,2
Demais	13.218,7	13.367,6	13.477,9	13.498,4	13.925,4	13.820,8	13.936,8	15.933,8	15.969,0	16.050,0	15.494,9	15.397,5	15.541,5
Dívida em Mercado/PIB	47,7%	47,4%	47,8%	48,4%	48,6%	48,5%	48,8%	48,8%	49,8%	50,5%	50,5%	51,5%	51,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Mar/2005	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2006
I. INTERNA	-155.775,3	-158.525,6	-153.297,4	-154.155,6	-156.629,5	-158.044,2	-159.199,3	-159.472,0	-161.358,7	-163.959,7	-167.603,0	-167.055,0	-167.249,0
Dívida contratual	377,8	346,5	327,4	296,9	301,7	298,9	279,3	269,9	266,7	256,3	305,7	232,5	234,8
FAT	-107.899,4	-109.750,9	-109.979,1	-110.183,4	-112.297,7	-113.149,9	-113.818,1	-113.568,4	-114.879,6	-116.867,0	-120.339,1	-119.585,2	-119.581,7
Aplicações financeiras	-3.860,9	-3.891,1	-4.016,3	-3.989,8	-3.984,4	-4.055,6	-4.137,4	-4.276,0	-4.235,3	-4.034,9	-4.122,6	-4.164,8	-4.326,2
Fundos Regionais	-30.953,3	-31.450,1	-25.647,0	-26.290,4	-26.662,6	-27.043,2	-27.280,4	-27.703,7	-28.008,5	-28.603,3	-29.064,3	-29.152,9	-29.517,2
Demais	-13.439,6	-13.780,1	-13.982,3	-13.988,9	-13.986,5	-14.094,4	-14.242,8	-14.193,8	-14.501,9	-14.710,7	-14.382,7	-14.384,6	-14.058,6
II. EXTERNA	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0
Disponibilidades	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-156.218,8	-158.868,6	-153.616,0	-154.485,1	-156.970,2	-158.384,9	-159.528,9	-159.820,9	-161.813,5	-164.271,4	-167.926,0	-167.398,9	-167.557,0
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,6%	-8,7%	-8,4%	-8,3%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,5%	-8,6%	-8,5%	-8,5%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração



TESOURO NACIONAL

FPE / FPM

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano IX - nº 3

Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Março / 2006

Comentários

Em Março de 2006, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -5,5%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 4.286.729,6 (mil), em Março de 2006, contra R\$ 4.537.417,9 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governos->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (61)3412-3116 - 3412-3023. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	2005			2006			Variação Nominal		
	Fevereiro	Março	Janeiro a Março	Fevereiro	Março	Janeiro a Março	Mar / 2006	Mar / 2006	Jan a Mar / 2006
							Fev / 2006	Mar / 2005	Jan a Mar / 2005
FPM	2.086.287,1	2.000.868,5	6.470.412,0	2.320.698,5	2.192.481,5	7.211.427,8	-5,5 %	9,6 %	11,5 %
FPE	1.990.931,0	1.909.416,6	6.174.674,7	2.216.719,4	2.094.248,1	6.888.319,9	-5,5 %	9,7 %	11,6 %

Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 678/04, os créditos relativos ao mês de Março de 2006 foram efetuados nos dias 10, 20 e 30. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Março	-10,0 %	-5,5 %	-10,0 %	-5,5 %	-9,0 %	-6,8 %

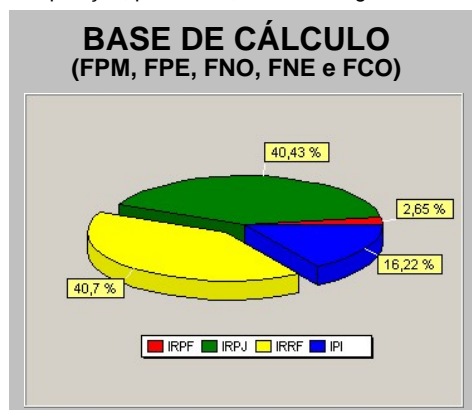
Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	abr/mar	mai/abr	jun/mai
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	10,0 %	6,0 %	-17,0 %
IPI-EXP	18,0 %	-13,0 %	1,0 %

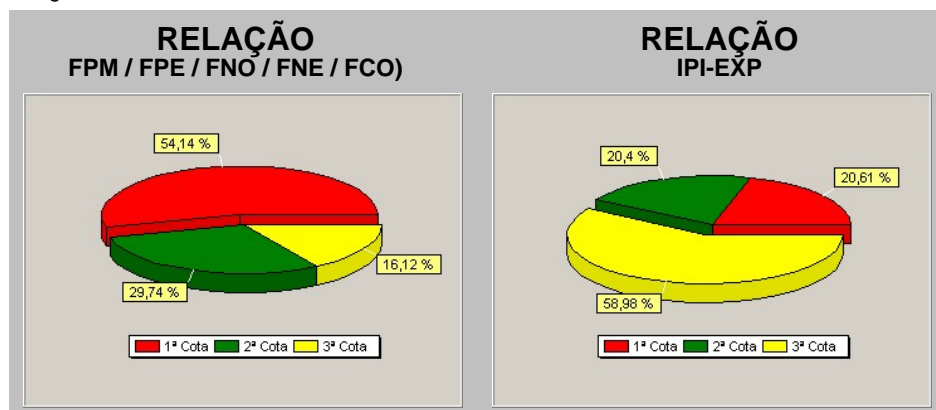
Composição dos Fundos

Em Março de 2006 os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



Distribuição nos Decêndios

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/02/2006 a 20/03/2006, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências				
	IPI	IR	IPI + IR		FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)	FUNDEF (2)	TOTAL
Fev/3º DEC	383.173,5	5.821.597,9	6.204.771,5	Mar/1º DEC	1.133.922	1.186.662,5	32.569,8	415.262,5	2.768.416,8
Mar/1º DEC	379.234,6	3.028.432,7	3.407.667,3	Mar/2º DEC	622.751,2	651.716,4	32.234,9	230.594,6	1.537.297,1
Mar/2º DEC	1.096.417,8	750.777,4	1.847.195,2	Mar/3º DEC	337.574,9	353.276,1	93.195,5	138.361,1	922.407,6
TOTAL	1.858.825,9	9.600.808	11.459.633,9	TOTAL	2.094.248,1	2.191.655	158.000,2	784.218,2	5.228.121,5
Mar/3º DEC	400.589,6	6.472.713,7	6.873.303,3	Abr/1º DEC	1.256.096,2	1.314.519,3	34.050,1	459.646,9	3.064.312,4

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-Exp (1)	FUNDEF União (2)
Acre	AC	12.272	71.644	14	14.811
Alagoas	AL	52.234	87.123	537	24.687
Amazonas	AM	30.871	58.438	4.615	16.575
Amapá	AP	8.470	71.456	12	14.107
Bahia	BA	195.916	196.780	9.885	71.044
Ceará	CE	114.819	153.653	1.633	47.666
Distrito Federal	DF	4.666	14.454	69	3.386
Espírito Santo	ES	39.131	31.414	6.618	13.617
Goiás	GO	79.461	59.542	1.382	24.774
Maranhão	MA	90.486	151.167	1.662	69.790
Minas Gerais	MG	288.358	93.288	17.604	70.456
Mato Grosso do Sul	MS	32.494	27.895	1.127	10.856
Mato Grosso	MT	40.639	48.333	1.460	15.959
Pará	PA	79.674	128.000	6.594	52.404
Paraíba	PB	70.896	100.291	542	30.305
Pernambuco	PE	106.908	144.507	1.213	44.581
Piauí	PI	55.629	90.501	70	25.800
Paraná	PR	149.334	60.381	17.271	40.056
Rio de Janeiro	RJ	64.443	31.994	18.297	20.247
Rio Grande do Norte	RN	54.489	87.496	790	25.196
Rondônia	RO	19.967	58.966	226	13.969
Roraima	RR	10.727	51.952	9	11.063
Rio Grande do Sul	RS	146.518	49.315	21.603	38.334
Santa Catarina	SC	85.142	26.802	13.033	22.055
Sergipe	SE	31.094	87.022	109	20.863
São Paulo	SP	294.199	20.942	31.600	60.254
Tocantins	TO	33.647	90.890	26	21.982
Total		2.192.481	2.094.248	158.000	824.836

(1) Deduzidos 15% do FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp, LC 87/96 e Complementação da União. Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

Datas de Publicação

Em observância ao que determina o art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Ano	Data
Junho	2005	29/07/2005
Julho	2005	18/08/2005
Agosto	2005	16/09/2005
Setembro	2005	25/10/2005
Outubro	2005	25/11/2005
Novembro	2005	16/12/2005
Dezembro	2005	25/01/2006
Janeiro	2006	23/02/2006
Fevereiro	2006	22/03/2006

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de dezembro de 2005, a Portaria STN nº 888, de 26 de dezembro de 2005, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2006, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
 Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
 E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Março / 2006

Comportamento no Mês

Em Março de 2006, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.881.136,1 (mil), contra R\$ 2.488.009,8 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um acréscimo de 15,8% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o acréscimo da ordem de 24,0% do ICMS.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Origens	R\$ Mil				
	Fevereiro	Participação	Março	Participação	Mar / Fev
FPM	408.504,5	16,4 %	385.936,1	13,4 %	-5,5 %
FPE	391.185,8	15,7 %	369.573,2	12,8 %	-5,5 %
IPI-EXP	29.914,2	1,2 %	27.882,4	1,0 %	-6,8 %
LC 87/96	0,0	0,0 %	0,0	0,0 %	0,0 %
COMPL. UNIÃO	0,0	0,0 %	41.444,6	1,4 %	0,0 %
ICMS	1.658.405,4	66,6 %	2.056.299,9	71,4 %	24,0 %
TOTAL	2.488.009,8	100,0 %	2.881.136,1	100,0 %	15,8 %

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: fundef@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:
 Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica - DEFINEB/SEB/MEC
 Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510
 CEP 70.047-900 - Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
 Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
 E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Complementação da União

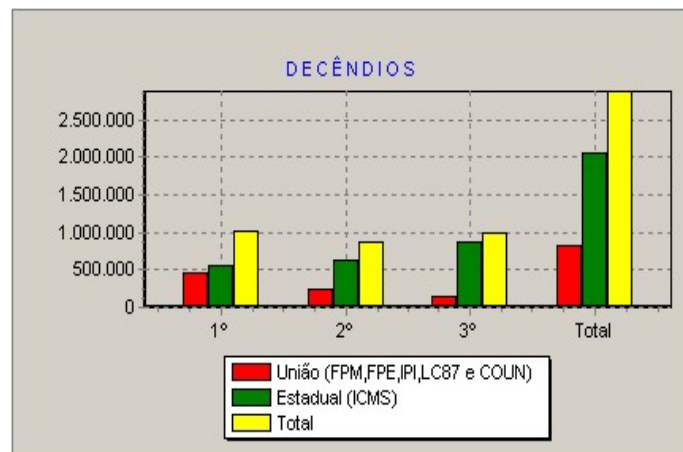
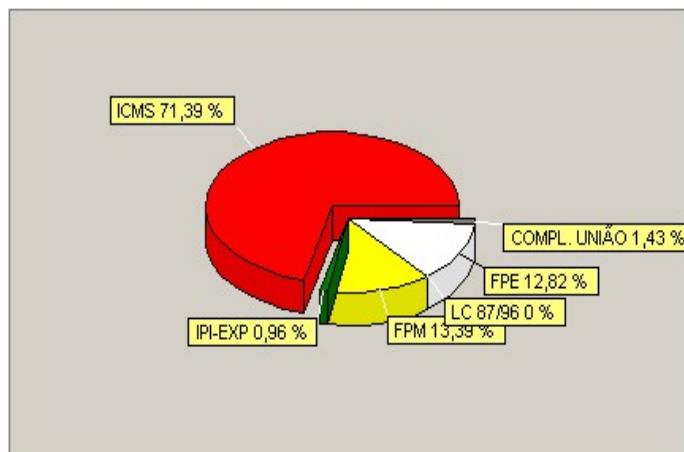
Portaria MF nº 40, de 03/03/2006, publicada no D.O.U. em 06/03/2006, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2006.

Estados	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Maranhão	26.852.430	13.426.215	13.426.215	13.426.215	13.426.215	26.637.435	13.426.215	13.426.215	13.426.215	13.426.215	41.579.340
Pará	14.592.180	7.296.090	7.296.090	7.296.090	7.296.090	15.105.330	7.296.090	7.296.090	7.296.090	7.296.090	23.155.080
TOTAL	41.444.610	20.722.305	20.722.305	20.722.305	20.722.305	41.742.765	20.722.305	20.722.305	20.722.305	20.722.305	64.734.420

FUNDEF Brasil por Origem

FUNDEF Brasil por Decêndio

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem e a sua distribuição por decêndios.



Distribuição do FUNDEF por Estado

R\$ Mil

Estados	Matrículas (1)	ORIGENS						FUNDEF Total (2)	Média por Aluno (R\$)	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Com. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
Acre	146.626	12.643	2.166	2	0	0	4.161	18.972	129,4	427,0
Alagoas	674.321	15.375	9.218	95	0	0	6.230	30.917	45,8	191,0
Amapá	127.625	12.610	1.495	2	0	0	3.204	17.311	135,6	453,1
Amazonas	745.772	10.313	5.448	814	0	0	45.329	61.903	83,0	231,4
Bahia	2.782.645	34.726	34.573	1.744	0	0	95.915	166.959	60,0	178,9
Ceará	1.531.674	27.115	20.262	288	0	0	53.764	101.430	66,2	181,9
Distrito Federal	300.965	2.551	823	12	0	0	0	3.386	11,2	37,2
Espírito Santo	497.527	5.544	6.905	1.168	0	0	46.397	60.014	120,6	387,6
Goiás	888.973	10.507	14.022	244	0	0	72.872	97.646	109,8	270,7
Maranhão	1.447.560	26.677	15.968	293	26.852	0	35.466	105.256	72,7	163,5
Mato Grosso	565.348	8.529	7.172	258	0	0	37.652	53.610	94,8	285,9
Mato Grosso do Sul	396.990	4.923	5.734	199	0	0	32.247	43.103	108,6	334,0
Minas Gerais	3.176.706	16.463	50.887	3.107	0	0	191.043	261.499	82,3	262,6
Paraíba	745.405	17.698	12.511	96	0	0	20.469	50.774	68,1	210,6
Paraná	1.527.232	10.656	26.353	3.048	0	0	114.663	154.720	101,3	323,6
Pará	1.533.369	22.588	14.060	1.164	14.592	0	35.471	87.876	57,3	174,7
Pernambuco	1.493.544	25.501	18.866	214	0	0	62.938	107.520	72,0	217,0
Piauí	639.212	15.971	9.817	12	0	0	11.664	37.464	58,6	192,3
Rio Grande do Norte	522.335	15.440	9.616	139	0	0	21.018	46.214	88,5	285,9
Rio Grande do Sul	1.503.203	8.703	25.819	3.812	0	0	140.471	178.806	119,0	373,7
Rio de Janeiro	2.005.935	5.646	11.372	3.229	0	0	184.793	205.040	102,2	290,0
Rondônia	295.378	10.406	3.524	40	0	0	14.846	28.815	97,6	309,7
Roraima	79.194	9.168	1.893	2	0	0	3.256	14.318	180,8	566,6
Santa Catarina	868.134	4.730	15.025	2.300	0	0	79.698	101.753	117,2	344,3
Sergipe	368.317	15.357	5.487	19	0	0	13.248	34.111	92,6	297,4
São Paulo	5.094.240	3.696	50.982	5.576	0	0	721.360	781.614	153,4	425,6
Tocantins	260.218	16.039	5.938	5	0	0	8.125	30.107	115,7	359,2
Total	30.218.448	369.573	385.936	27.882	41.445	0	2.056.300	2.881.135	95,3	280,4

Fonte: SIAFI

1 - Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 18, de 04/01/2006. Exceto os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

2 - Montante da UF (Estados e Municípios).

- Não há distribuição da parcela de ICMS para o DF.

- Total do Estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.